

**BOLETIM MENSAL**  
**DE**  
**ACTIVIDADE ECONÓMICA**

*Junho de 2006*

**Índice**

<b>SELECÇÃO DE INDICADORES</b>	<i>i</i>
1. Enquadramento internacional	1
2. Economia Nacional	5
3. Dinâmica sectorial	12
4. Perspectiva regional	19
5. Competitividade	
6. Agenda	26
<b>ANEXO ESTATÍSTICO</b>	

SELECÇÃO DE INDICADORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICA

Indicadores Trimestrais / Mensais	Fonte	Última atualização	Unidade	2004					2005					2006				
				IV TR 04	I TR 05	II TR 05	III TR 05	IV TR 05	I TR 06	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai		
Indicador de Actividade Económica	INE	21-06-2006	M3M	1,7	1,2	1,3	0,8	1,3	1,1	1,2	1,3	1,0	1,1	1,1	1,0			
Indicador Coincidente	BP	23-06-2006	VH	-1,2	0,7	0,3	0,0	-0,1	0,3	-0,1	0,0	0,1	0,3	0,4	0,7	0,9		
Indicador de Clima Económico	INE	02-06-2006	SREIM3M	0,0	0,0	-0,3	-0,8	-0,5	-0,6	-0,6	-0,5	-0,6	-0,3	-0,6	-0,4	-0,5		
Indicador Compósito Avançado	OCDE	09-06-2006	N/(M12M) N-12	-	-	-	-	-	-	1,1	1,3	2,1	2,7	3,1	3,6			
Indicador de FBCF	INE	21-06-2006	M3M	0,2	-1,1	-3,9	-3,2	-3,1	-2,9	-2,7	-3,1	-4,0	-3,4	-2,9	-2,8			
Indicador de Confiança dos Consumidores	INE	02-06-2006	VEIM3M	-36,2	-34,2	-33,6	-41,9	-41,0	-37,8	-41,0	-41,0	-41,2	-40,0	-37,8	-36,1	-35,8		
Indicador de Confiança na Indústria Transformadora	INE	02-06-2006	VEIM3M	-10,3	-11,0	-10,2	-11,2	-8,2	-9,6	-7,8	-8,2	-9,3	-9,1	-9,6	-10,0	-10,1		
Indicador de Confiança na Construção	INE	02-06-2006	VEIM3M	-44,5	-42,0	-40,0	-41,7	-46,2	-46,0	-45,5	-46,2	-47,0	-46,7	-46,0	-45,8	-46,7		
Indicador de Confiança no Comércio	INE	02-06-2006	VEIM3M	-7,2	-6,6	-7,6	-13,2	-10,3	-8,3	-12,0	-10,3	-8,5	-6,4	-8,3	-8,1	-10,2		
I. Confiança nos Serviços Prestados às Empresas	INE	02-06-2006	VCSIM3M	3,3	0,6	-2,7	-2,8	-0,4	-2,8	-2,0	-0,4	-0,1	0,2	-2,8	-3,4	-3,4		
Índice Volume Negócios na Ind. Transformadora	INE	05-06-2006	VH_M3M	3,2	0,6	1,7	1,2	1,1	6,4	1,6	1,1	2,4	2,7	6,4	4,3			
Índice Volume Negócios Comércio a Retalho	INE	29-06-2006	VH_M3M	3,6	2,9	3,9	0,4	1,4	1,4	1,1	1,4	1,8	1,8	1,4	1,2	1,8		
Índice Volume Negócios nos Serviços	INE	12-06-2006	VH_M3M	1,7	0,1	1,2	-0,7	-0,8	-0,8	0,6	-0,8	-0,8	-1,5	-0,8	-2,5			
Índice de Produção Industrial - Total	INE	30-06-2006	VHVCS	-4,8	-1,5	-0,3	0,8	2,2	1,3	0,2	5,3	-0,5	-1,4	5,8	-1,8	6,8		
Índice de Produção Industrial - Indústria Transformadora	INE	30-06-2006	VHVCS	-3,5	-3,9	-2,4	-1,1	1,2	1,8	-0,2	3,4	0,1	-0,9	6,3	-4,6	6,2		
Preços no Consumidor (IHPC)	INE	16-06-2006	VM12	-	-	-	-	-	-	2,1	2,1	2,2	2,2	2,3	2,4	2,5		
Preços Consumidor (IHPC) (zona Euro)	Eurostat	16-06-2006	VM12	-	-	-	-	-	-	2,2	2,2	2,2	2,2	2,3	2,3	2,3		
Balança Bens e Serviços	BP	22-06-2006	VH	11,5	8,4	4,7	6,3	3,9	8,8	3,3	2,4	5,7	10,6	9,9	-1,8			
Importações: Bens	BP	22-06-2006	VH	12,4	5,5	6,0	2,5	1,6	13,1	-2,9	-0,1	13,7	7,9	17,2	3,8			
Importações: Serviços	BP	22-06-2006	VH	5,7	1,1	0,7	5,0	3,9	10,3	5,0	6,3	7,3	4,3	19,0	-2,4			
Exportações: Bens	BP	22-06-2006	VH	8,1	0,3	-5,0	5,0	6,5	16,2	7,3	5,5	20,5	10,3	17,6	16,2			
Exportações: Serviços	BP	22-06-2006	VH															

Nota: ➤ Indica que houve alteração nos últimos oito dias.

Indicadores Anuais / Trimestrais	Fonte	Última Atualização	Unidade	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2004			2005				2006
										II TR 04	III TR 04	IV TR 04	I TR 05	II TR 05	III TR 05	IV TR 05	I TR 06
PIBpm	INE	09-06-2006	Milhões euros	129 308	135 434	137 523	143 029	147 395	189 609	35 747	35 892	36 274	36 228	36 792	36 936	37 439	37 442
PIBpm	INE	09-06-2006	Milhões dólares	115 797	128 017	155 578	177 853	183 397	234 420	43 051	43 860	47 022	47 500	46 354	45 043	44 499	45 006
PIBpm	INE	09-06-2006	VH Real	2,0	0,8	-1,1	1,2	0,4		1,9	1,0	0,7	0,0	0,4	0,3	0,8	1,0
PIBpm (Zona Euro)	Eurostat	01-06-2006	VH Real	2,0	1,0	0,8	1,8	1,4		2,2	1,9	1,6	1,2	1,1	1,6	1,7	1,9
Consumo Privado	INE	09-06-2006	VH Real	1,3	1,3	0,1	2,4	2,0		2,7	2,4	2,6	2,9	3,0	1,1	1,1	0,8
Consumo Público	INE	09-06-2006	VH Real	3,3	2,6	0,3	2,5	1,8		2,4	2,9	3,0	2,7	2,1	1,5	0,8	0,2
Investimento (FBCF)	INE	09-06-2006	VH Real	1,0	-3,5	-10,0	0,9	-3,0		2,3	0,8	0,7	-2,0	-2,1	-4,6	-3,4	-2,0
FBCF sem construção	INE	09-06-2006	VH Real	-1,5	-3,7	-7,9	3,4	-1,3		4,7	2,6	4,0	-0,4	-0,3	-2,2	-2,3	-0,6
Exportações Bens e Serviços	INE	09-06-2006	Milhões euros	37 360	37 879	38 564	40 787	42 072		10 355	10 172	10 242	10 140	10 409	10 723	10 800	11 291
Exportações Bens e Serviços	INE	09-06-2006	Milhões dólares	33 463	35 811	43 610	50 707	52 322		12 470	12 430	13 276	13 295	13 114	13 077	12 836	13 572
Exportações Bens e Serviços	INE	09-06-2006	VH Real	1,8	1,5	3,7	4,5	0,9		8,4	2,8	2,2	-1,5	0,3	2,5	2,4	7,2
Importações Bens e Serviços	INE	09-06-2006	VH Real	0,9	-0,7	-0,4	6,8	1,8		9,4	6,0	6,4	4,1	2,9	0,7	-0,6	3,0
Balança Corrente / PIB pm (fim de período)	BPINE	09-06-2006	% PIB	-9,8	-7,8	-5,9	-7,3	-9,3		-7,0	-6,6	-7,3	-9,6	-10,0	-9,0	-9,3	-10,0
Stock IDE / PIB pm (fim de período) (2)	BPINE	21-03-2006	% PIB	31,6	31,4	35,8	36,3	37,1		39,6	39,9	36,3	36,9	37,0	37,2	37,1	
Saldo Primário / PIB pm (fim de período)	DGOINE	09-06-2006	% PIB	-0,5	-0,8	-0,6	-3,9	-3,5		-1,8	-2,4	-3,9	-1,9	-1,1	-3,0	-3,5	-2,1
Índice de Custo de Trabalho (1)	Eurostat	16-06-2006	VH	3,9	3,5	3,1	2,4	2,4		2,2	2,3	2,4	3,1	2,5	2,0	2,1	2,1
(encargos nominais/ hora)	Eurostat	16-06-2006	VH	5,4	5,4	2,4	3,3	2,0		4,5	3,9	2,5	2,1	2,7	2,9	0,5	4,3
Emprego Total	INE	19-05-2006	Milhar	5 112	5 137	5 118	5 123	5 123		5 125	5 126	5 134	5 094	5 132	5 130	5 134	5 127
População desempregada	INE	19-05-2006	Milhar	1,8	0,5	-0,4	0,1	0,0		0,1	-0,1	0,3	-0,3	0,1	0,1	0,0	0,6
Taxa de desemprego - Portugal	INE	19-05-2006	(%)	214	271	342	365	422		347	376	390	413	399	430	447	430
Norte	INE	19-05-2006	(%)	4,0	5,0	6,3	6,7	7,6		6,3	6,8	7,1	7,5	7,2	7,7	8,0	7,7
Centro	INE	19-05-2006	(%)			6,8	7,7	8,8		7,3	8,3	8,0	8,7	8,7	8,8	9,0	8,9
Lisboa	INE	19-05-2006	(%)			3,6	4,3	5,2		4,0	4,3	4,8	4,9	4,5	5,4	6,0	5,5
Alentejo	INE	19-05-2006	(%)			8,1	7,6	8,6		7,3	7,5	8,1	8,4	8,0	9,0	9,0	8,5
Algarve	INE	19-05-2006	(%)			8,2	8,8	9,1		8,8	9,1	9,4	9,3	8,5	9,4	9,4	9,8
R.A.Açores	INE	19-05-2006	(%)			6,1	5,5	6,2		5,1	5,0	5,7	7,3	6,3	5,3	5,9	5,9
R.A.Madeira	INE	19-05-2006	(%)			2,9	3,4	4,1		3,1	3,8	3,0	3,4	4,3	4,2	4,4	4,2
VAB - Total preços constantes	INE	09-06-2006	Milhões euros	109 133	109 954	109 172	110 504	110 332	estrutur a 2005 (%)	2,0	1,2	0,7	0,0	-0,1	-0,4	-0,2	0,9
Agricultura, Silvicultura e Pescas	INE	09-06-2006	VH Real	2,4	0,8	-0,7	1,2	-0,2		2,6	1,3	-2,1	-7,8	-10,2	-9,7	-5,8	1,9
Indústria, Electricidade, Gás e Água	INE	09-06-2006	VH Real	1,8	-0,5	0,2	0,9	-1,1		2,2	0,5	-1,3	-2,5	-1,3	-1,2	0,5	1,8
Construção	INE	09-06-2006	VH Real	2,8	-4,0	-12,7	-1,3	-4,0		-0,1	-0,2	-1,5	-2,7	-3,0	-6,3	-4,0	-2,7
Comércio, Restauração e Hóteis	INE	09-06-2006	VH Real	0,8	-1,1	-2,6	1,7	1,8		1,5	1,9	3,0	2,4	2,1	1,5	1,3	0,7
Transp. e Comunicações, Activ. Financeiras, Outros Serviços	INE	09-06-2006	VH Real	3,6	2,5	1,4	1,5	0,6		2,2	1,4	1,2	0,9	0,8	0,7	-0,1	1,0

(1) Índice de custo do trabalho, exclui a agricultura, a pesca, a silvicultura, a educação, a saúde e outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais; só encargos do trabalho

(2) Valor do PIB considerado = Soma móvel 4 trimestres

"Exportação" de mercadorias - (peso no total e t.v.h)

	2001	2002	2003	2004	2005	últimos 12m até Mar 06
UE-25	81,1	81,2	80,8	80,6	79,8	79,1
t.v.h.	1,0	1,9	2,1	6,1	1,5	3,3
Espanha	19,3	20,9	23,8	25,8	27,0	27,1
t.v.h.	2,2	10,3	16,5	15,4	7,1	10,0
Terceiros	18,9	18,8	19,2	19,4	20,2	20,9
t.v.h.	6,8	1,5	4,5	7,4	7,2	11,5

Nota: Quebra de série em 2004. Passa a incluir estimativa abaixo do limiar e das não-respostas no Intra-UE

Taxa de Cobertura (%)

	2001	2002	2003	2004	2005	últimos 12m até Mar 06
	61,0	64,5	67,3	64,1	62,4	62,6

Taxas de variação homóloga em valor das saídas por agrupamentos de produtos

	Estr. 05	01/00	02/01	03/02	04/03	05/04	últimos 12m até Mar 06
Máquinas	18,7	-0,8	3,5	2,6	2,2	1,2	6,0
Material de Transporte	14,0	8,6	-2,9	4,9	6,1	-6,0	-7,1
Vestuário e Calçado	12,6	2,2	-4,8	-2,5	-4,6	-8,1	-4,9
Químicos	10,5	0,7	10,2	11,2	15,0	14,2	13,9
Madeira, Cortiça e Papel	9,1	-3,9	0,9	2,7	1,7	1,6	4,0
Minérios e Metais	9,0	-2,4	6,6	6,2	34,3	10,6	13,9
Agro-Alimentares	8,7	5,5	9,8	1,5	9,6	12,0	13,4
Outros	17,4	4,1	2,6	0,2	7,2	6,7	9,1
<b>Total da Saída</b>	<b>100,0</b>	<b>2,0</b>	<b>1,8</b>	<b>2,5</b>	<b>6,3</b>	<b>2,6</b>	<b>4,9</b>

Nota: Quebra de série em 2004. Passa a incluir estimativa abaixo do limiar e das não-respostas no Intra-UE

## 1. Enquadramento internacional

Nos primeiros meses de 2006, a Economia Mundial continuou a expandir-se solidamente, tendo a inflação acompanhado a evolução dos preços dos produtos energéticos. As perspectivas para a conjuntura externa continuam globalmente positivas, tendo por base condições de financiamento relativamente favoráveis. No entanto, persistem riscos nesta perspectiva, sendo os principais relacionados com a volatilidade do preço do petróleo e o seu impacto na inflação e no crescimento da actividade económica mundial.

As previsões mais recentes da Comissão Europeia (Primavera de 2006) para a Economia Mundial **revêem em alta** as previsões anteriores (Outono de 2005), continuando a apontar para uma sólida expansão da actividade económica em 2006 (4,6%) e ligeiramente mais moderada em 2007 (4,3%). A expansão continuará a ser liderada pelos EUA e China e também pelas economias da Índia, Rússia e Japão. Estas estimativas estão mais próximas das últimas previsões da OCDE (Maio de 2006) que também **reviu em alta** as anteriores previsões de crescimento das principais economias (*Quadro 1.1*).

### Quadro 1.1

**Previsões de Crescimento da Economia Mundial**  
- taxa de crescimento real do PIB em % -

	2005			2006			2007		
	FMI Abril-06	OCDE Maio-06	CE Primavera-06	FMI Abril-06	OCDE Maio-06	CE Primavera-06	FMI Abril-06	OCDE Maio-06	CE Primavera-06
MUNDO	4,8	-	4,6	4,9	-	4,6	4,7	-	4,3
OCDE	-	2,8	-	-	3,1	-	-	2,9	-
ZONA EURO	1,3	1,4	1,3	2,0	2,2	2,1	1,9	2,1	1,8
ESPAÑA	3,4	3,4	3,4	3,3	3,3	3,1	3,2	3,0	2,8
ALEMANHA	0,9	1,1	0,9	1,3	1,8	1,7	1,0	1,6	1,0
R. UNIDO	1,8	1,8	1,8	2,5	2,4	2,4	2,7	2,9	2,8
EUA	3,5	3,5	3,5	3,4	3,6	3,2	3,3	3,1	2,7
CHINA	9,9	9,9	9,9	9,5	9,7	9,5	9,0	9,5	9,0
JAPÃO	2,7	2,7	2,7	2,8	2,8	2,8	2,1	2,2	2,4

Fontes: FMI, World Economic Outlook, Abril 2006; OCDE, Economic Outlook nº79, Maio 2006;  
CE- Comissão Europeia, "Economic Forecasts, Spring 2006".

De acordo com as diversas instituições internacionais, a área de maior crescimento em 2006 e 2007 será a Ásia (excluindo o Japão), com taxas de crescimento da ordem dos 8%. A China e a Índia deverão crescer em 2006, respectivamente, 9,7% e 7,5%<sup>1</sup>.

Nos **EUA**, no 1º trimestre de 2006, o PIB cresceu 3,6% em termos homólogos, contra 3,2% no final de 2005, reflectindo o forte dinamismo da procura interna, em particular do consumo privado. A OCDE estima, para os EUA, um crescimento do PIB de 3,6% em 2006 e de 3,1% em 2007. A evolução prevista para 2006, baseia-se num crescimento robusto na primeira metade do ano, mas considera já um abrandamento no segundo semestre. Para esse abrandamento contribuirão a desaceleração do consumo privado e uma diminuição do investimento em habitação, em resultado do efeito conjunto dos elevados preços do petróleo e do aumento das taxas de juro. De acordo com

<sup>1</sup> Fonte : OCDE

Ministério da Economia e Inovação  
Gabinete de Estratégia e Estudos

a OCDE, as exportações americanas deverão crescer a um ritmo elevado (7,7% em 2006 e 8,3% em 2007), e as importações deverão abrandar. O contributo da procura externa líquida para o crescimento do PIB nos EUA deverá, no entanto, manter-se negativo nos dois anos. A OCDE prevê um novo aumento do défice da balança corrente para 7% do PIB em 2006 e 2007. Estima-se uma pequena descida do desemprego em 2006 para 4,7%, que no entanto, deverá aumentar de novo ligeiramente em 2007, em resposta à desaceleração da actividade económica. Para a inflação (IPC) prevê-se uma taxa de 3,3% em 2006 e de 2,4% em 2007.

No **Japão**, a actividade económica manteve um crescimento dinâmico no 1º trimestre de 2006, em parte devido ao forte crescimento das exportações, situando-se o crescimento do PIB em 3,5%, em termos homólogos. Para 2006 e 2007, a OCDE prevê um crescimento do produto de 2,8% e de 2,2%, respectivamente. A expansão económica em 2006, continuará a ser principalmente associada à procura interna, suportada pelos fortes lucros nas empresas e pela inversão na tendência de declínio do emprego e dos salários, embora também pelo aumento das exportações. A deflação dos preços no consumidor deverá ter terminado, prevendo a OCDE uma inflação (IPC) de 0,7% em 2006 e de 0,8% em 2007. O desemprego irá diminuir para 4% em 2006 e para 3,5% em 2007.

Na **Zona Euro**, as estimativas do *Eurostat* para o 1º trimestre de 2006, apontam para um crescimento do PIB de 1,9%, em termos homólogos (1,7% no 4º trimestre de 2005). Relativamente ao último trimestre do ano anterior, verificou-se um aumento da procura interna, particularmente do consumo privado, bem como um maior dinamismo das exportações. Nas três grandes economias desta área, particularmente na italiana e alemã, verificou-se uma aceleração da actividade. Em Junho de 2006, o **Indicador de Sentimento Económico** na Zona Euro, atingiu o nível de 108,8 (108,2 em Maio), o valor mais elevado desde o início de 2001, subindo pelo sétimo mês consecutivo. Esta evolução resultou de aumentos dos níveis de confiança nos sectores da indústria e do comércio a retalho. A confiança dos empresários do sector dos serviços, bem como dos consumidores registou uma ligeira quebra, enquanto no sector da construção ocorreu uma estabilização.

De acordo com as **projeções macroeconómicas para a Área do Euro**, divulgadas em Junho pelo BCE, o crescimento do PIB foi de 1,4% em 2005 e deverá situar-se num intervalo de 1,8 a 2,4 por cento, em 2006 e entre 1,3 e 2,3 por cento em 2007. As projeções para 2006, apontam um aumento do consumo privado entre 1,4 e 1,8%, enquanto a FBCF deverá crescer entre 2,3 e 4,5%. A evolução favorável da actividade económica deverá induzir também um maior dinamismo das exportações, em linha com o aumento da procura externa. A taxa de variação média anual do **IHPC** deverá situar-se entre 2,1 e 2,5% em 2006 (2,2% em 2005).

A OCDE revê ligeiramente em alta as previsões de crescimento para economia da zona euro em 2006, apontando para um crescimento de 2,2% e de 2,1% em 2007. A recuperação da actividade económica será apoiada na procura interna, em particular devido ao crescimento robusto do investimento, à continuação da forte expansão económica mundial e à melhoria da conjuntura na Alemanha (cujo PIB deverá crescer 1,1% em 2005 e 1,8% em 2006). A OCDE não espera uma descida significativa da taxa de desemprego, que se situará acima dos 8%, prevendo para a inflação uma taxa de 2,1% em 2006 e 2% em 2007. De acordo com aquela instituição, o crescimento económico será diferenciado entre os países desta área. A Espanha irá crescer acima da média, enquanto a França, a Alemanha, a Itália e Portugal deverão evoluir abaixo da média.

A **economia espanhola**, de acordo com o *Eurostat*, manteve um crescimento robusto, no 1º trimestre de 2006, 3,5% em termos homólogos. Face ao último trimestre de 2005, verificou-se um contributo menos negativo da procura externa e uma desaceleração da procura interna (excluindo variação de existências). A OCDE estima um ligeiro abrandamento do crescimento em Espanha, em 2006 (3,3%) e 2007 (3%) face ao observado em 2005 (3,4%). Em 2006, a evolução da actividade

Ministério da Economia e Inovação  
Gabinete de Estratégia e Estudos

económica será baseada no forte dinamismo da procura interna, particularmente na construção. As exportações, em resultado da deterioração da posição competitiva externa deverão manter um crescimento moderado (3,6%). Espera-se uma redução do contributo negativo das exportações líquidas para o crescimento (-1,4% em 2006) que irão conduzir a um défice da balança corrente *em percentagem* do PIB de 8,9%. A taxa de desemprego deverá continuar a baixar, para 8,7% em 2006 e 8,6% em 2007. O diferencial da inflação face à área do euro, deverá reduzir-se, situando-se em 3,6% em 2006 e 2,7% em 2007.

O FMI estima uma aceleração do crescimento do **comércio mundial** de bens e serviços em termos reais, de 7,3% em 2005 para 8% em 2006 e 7,5% em 2007. Em 2006, as importações mundiais<sup>2</sup> deverão aumentar 8,5% (7,1% em 2005), enquanto as exportações crescerão 7,8% (6,6% em 2005) (*Quadro 1.2*).

**Quadro 1.2**  
**COMÉRCIO MUNDIAL**

	2007			2006			2005			2004		
	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE	FMI	OCDE	CE
<b>- Crescimento real do Comércio Mundial em %</b>												
<b>Mercadorias e serviços</b>												
Imp.+ Exp.de bens e serviços - Mundo	7,5	9,1	..	8,0	9,3	..	7,3	7,5	..	10,4	10,4	..
Imp. de bens e serviços *	..	6,8	7,1	5,8	6,8	8,5	5,4	6,0	7,1	8,8	8,8	11,3
Exp. de bens e serviços *	..	7,6	7,2	6,3	7,6	7,8	5,0	5,5	6,6	8,3	8,1	10,3
<b>Mercadorias</b>												
Imp.+ Exp.de bens - Mundo	7,5	..	..	8,0	..	..	7,2	..	..	10,7	..	..
Imp. de bens *	5,5	..	6,9	6,3	..	8,1	5,9	..	6,8	9,4	..	10,7
Exp. de bens *	6,1	..	..	6,6	..	..	5,1	..	..	8,5	..	..
<b>- Exportações Mundiais em valor</b>												
- em biliões de US dólares correntes												
de bens e serviços	14,8	..	..	13,731	..	..	12,641	..	..	11,196	..	..
de bens	11,990	..	..	11,103	..	..	10,171	..	..	8,952	..	..

\* FMI - economias Avançadas; OCDE - países membros

**Fontes:**

FMI, World Economic Outlook, Abril 2006

CE - Comissão Europeia, Anexo Estatístico da "European Economy" - Abril de 2006 (Primavera de 2006)

Em Maio de 2006, a cotação internacional do **petróleo**<sup>3</sup> manteve-se ainda num nível elevado, situando-se a cotação média em USD\$ 68,6 por barril (US\$ 68 em Abril). Após ter descido ligeiramente na primeira quinzena de Junho, o preço do petróleo voltou a subir nos últimos dias (em Londres o IPE Brent foi negociado em torno dos US\$ 71 e em Nova Iorque acima dos US\$ 72), devido à preocupação de que o nível de *stocks* de gasolina seja insuficiente para fazer face ao aumento da procura no Verão, à forte procura mundial e à persistência dos receios relativamente ao programa nuclear do Irão. O Banco Mundial prevê que a subida do preço do petróleo termine em 2006, e que em 2007 e 2008, a tendência seja de redução.

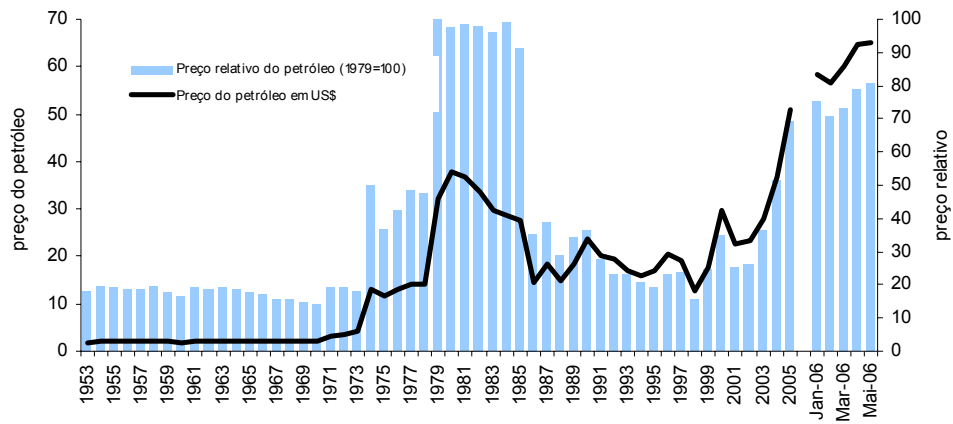
Tomando em consideração o efeito cambial e a evolução dos preços na produção em Portugal (usando como referência o deflator do PIB), verifica-se que o preço relativo do petróleo importado se situou, em Maio de 2006, em cerca de 80% do valor atingido durante a crise petrolífera de 1979 (*Figura 1.1*).

<sup>2</sup> Fonte: Comissão Europeia

<sup>3</sup> IMF (Primary Commodity Prices) – média simples dos preços de Dated Brent, West Texas Intermediate e Dubai Fateh.

Figura 1.1

Evolução do Preço Relativo do Petróleo



Fonte : Cálculos do GEE com base em dados da Galp Energia (preço do petróleo em US\$); INE (deflator do PIB - Contas Nacionais); Banco de Portugal (taxa de câmbio). O preço relativo do petróleo é o rácio entre a cotação do petróleo em moeda nacional e o deflator do PIB em Portugal.

## 2. Conjuntura nacional

As Contas Nacionais publicadas pelo INE, relativas ao 1º Trimestre de 2006 confirmam a aceleração do crescimento económico iniciada no segundo semestre de 2005, ao mesmo tempo que revêem em alta as estimativas de crescimento do PIB em cinco dos oito trimestres anteriores. De acordo com as últimas estimativas, o PIB terá crescido 1,0% no primeiro trimestre de 2006, que compara com 0,8% no quarto trimestre de 2005 e 0,3% no terceiro trimestre de 2005. (Quadro 2.1, detalhes no Anexo 2.1). Num contexto de abrandamento da procura interna, o principal contributo para o crescimento do PIB vem da parte da procura externa líquida (+1,0%, que compara com 0,5% no 3ºT05 e 1,0% no 4ºT05). Tal evidência vem ao encontro das previsões de várias instituições nacionais e internacionais, que apontam para um crescimento essencialmente apoiado na procura externa, num cenário de abrandamento correctivo da procura interna (Figura 2.1).

Quadro 2.1 – Indicadores Trimestrais

Indicadores Anuais / Trimestrais	Fonte	Unidade	2002	2003	2004	2005	2006					
							IV TR 04	I TR 05	II TR 05	III TR 05	IV TR 05	I TR 06
PIBpm		Milhões euros	135 434	137 523	143 029	147 395	36 274	36 228	36 792	36 936	37 439	37 442
PIBpm		VH Real	0,8	-1,1	1,1	0,3	0,7	0,0	0,4	0,3	0,8	1,0
Consumo Privado		VH Real	1,3	0,1	2,4	2,0	2,6	2,9	3,0	1,1	1,1	0,8
Consumo Público		VH Real	2,6	0,3	2,5	1,8	3,0	2,7	2,1	1,5	0,8	0,2
Investimento (FBCF)		VH Real	-3,5	-10,0	0,9	-3,0	0,7	-2,0	-2,1	-4,6	-3,4	-2,0
Exportações Bens e Serviços		VH Real	1,5	3,7	4,5	0,9	2,2	-1,5	0,3	2,4	2,3	7,2
Importações Bens e Serviços		VH Real	-0,7	-0,4	6,8	1,8	6,4	4,1	2,9	0,7	-0,6	3,0
FBCF sem construção	INE (Mar 06)	VH Real	-3,7	-7,9	3,4	-1,3	4,0	-0,4	-0,3	-2,2	-2,3	-0,6
Índice do Custo de Trabalho (excl. Admin. Pública)	INE (Mai 06)	VH	5,3	2,5	3,4	1,9	2,4	1,9	2,6	2,7	0,5	4,2
Índice do Custo de Trabalho (Zona Euro)	Eurostat (Mar 06)	VH	3,5	3,0	2,5	2,6	2,4	3,1	2,5	2,2	2,4	
Taxa de desemprego	INE (Mai 06)	(%)	5,0	6,3	6,7	7,6	7,1	7,5	7,2	7,7	8,0	7,7
Taxa de desemprego (zona Euro)	Eurostat (Mai 06)	(%)	8,3	8,7	8,9	8,6	8,8	8,8	8,7	8,5	8,3	8,2

Figura 2.1

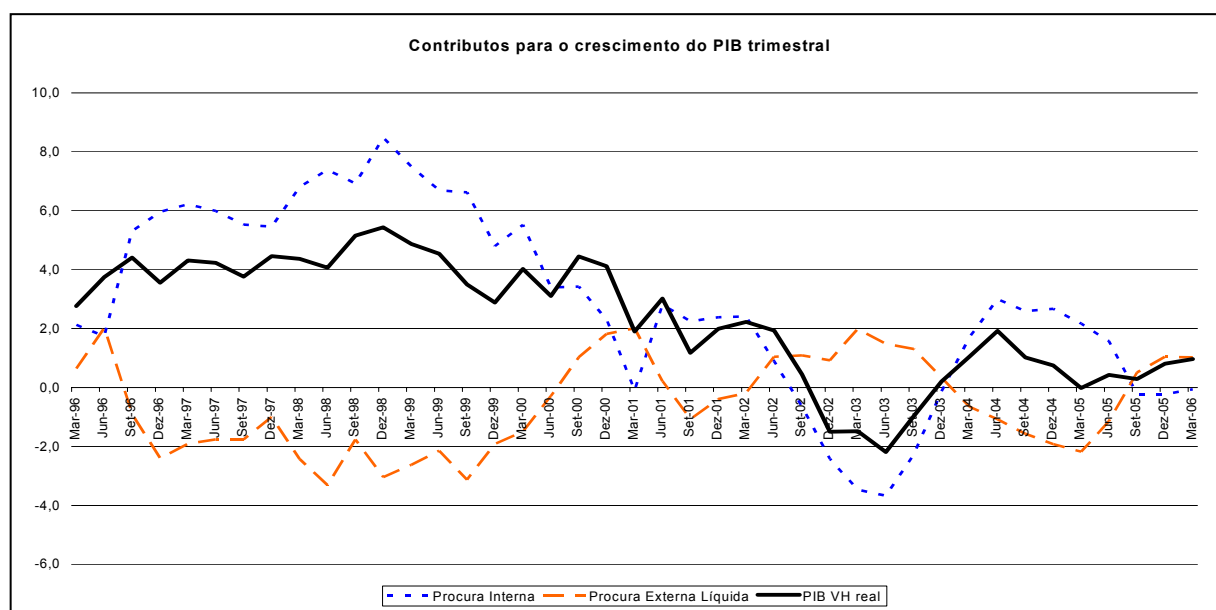
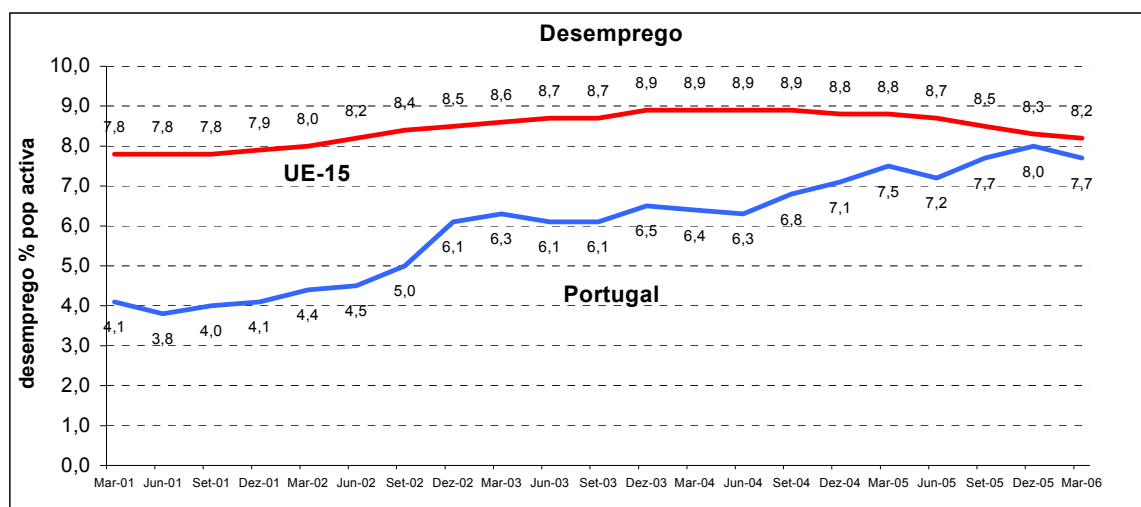


Figura 2.2



De acordo com o INE, no 1º trimestre de 2006, a **taxa de desemprego** situou-se em 7,7%, recuperando face aos 8% do trimestre anterior. Quando comparada com o mesmo período de 2005, a taxa de desemprego subiu 0,2 p.p. (Quadro 2.1, Figura 2.2). Para Maio, o Eurostat estima uma taxa de desemprego em Portugal de 7,5%. De acordo com o Instituto do Emprego e Formação e Profissional, em Abril e Maio de 2006 o **número de desempregados inscritos** desceu 2% (-11 mil) e 2,6% (-12,2 mil), respectivamente, face ao mês anterior, situando-se o número de desempregados inscritos em Maio em 457 mil indivíduos (479,3 mil no final de 2005 e 481,8 mil no final do primeiro trimestre de 2006). De salientar que esta diminuição do número de desempregados, atinge também o desemprego de longa duração (Quadro 2.2).

Quadro 2.2 – Evolução do desemprego

Desemprego	Fonte	Unidade	II TR 05	III TR 05	IV TR 05	I TR 06	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai
Desempregados inscritos	IEFP	Nº Pessoas	470.853	469.283	483.471	486.428	479.373	491.184	487.936	480.164	469.253	457.009
Varição dos desempregados inscritos	IEFP	Nº Pessoas	-14.333	-1.570	14.188	2.957	-6.938,0	11.811	-3.248	-7.772	-10.911	-12.244
Desempregados inscritos	IEFP	VH	4,0	3,3	3,0	0,3	2,2	1,6	0,1	-0,9	-2,0	-2,8
Evolução do desemprego de longa duração	IEFP	VH					0,2	0,4	-1,7	-2,9	-2,5	-2,1

A **inflação**, medida pela variação do Índice de Preços no Consumidor (IPC) do INE registou em Maio uma VH de 3,0% (compara com 2,9% em Abril e 1,8% em Maio de 2005). A taxa de variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) fixou-se em 2,5% no mês de Maio. A inflação prevista para o ano de 2006 (IHPC) no Plano de Estabilidade e Crescimento (Dezembro 2005) é de 2,3%.

Os Indicadores avançados da **atividade económica geral** apontam, na maioria, para a continuação de uma recuperação moderada da economia em **Abril e Maio** de 2006 (Quadro 2.3):

- O Indicador Coincidente do Banco de Portugal (Figura 2.3) foi recentemente revisto em alta e apresenta uma tendência de subida pelo 6º mês consecutivo. Aquele indicador registou uma variação homóloga (VH) de 0,7% em Abril e de 0,9% em Maio, que compara com 0,3% em média no 1º Trimestre de 2006;
- O Indicador de Clima Económico do INE (Figura 2.4), apesar de ainda em terreno negativo, registou valores ligeiramente mais favoráveis em Abril (-0,4) e Maio (-0,5) que no 1º Trimestre de 2006 (-0,6);

- O Indicador Compósito Avançado da OCDE melhorou em Abril pelo nono mês consecutivo, atingindo um valor de 3,6 (N/M12M<sup>4</sup>), o mais elevado desde Outubro de 2000.
- O Indicador de Actividade Económica do INE aumentou 1,0% em Abril (VH/MM3M<sup>5</sup>), o que representa uma ligeira desaceleração face ao valor de 1,1% registado no 1º Trimestre de 2006;

A informação disponível para o mês de **Junho** parece confirmar a tendência de recuperação:

- O Indicador do Sentimento Económico do Eurostat, subiu em Abril (88,5), Maio (89,8) e Junho (92,8), atingindo o valor mais alto desde Maio de 2005. O valor médio no segundo trimestre de 2006 foi 90,4, que compara com 88,3 no 1º trimestre de 2006.

Figura 2.3

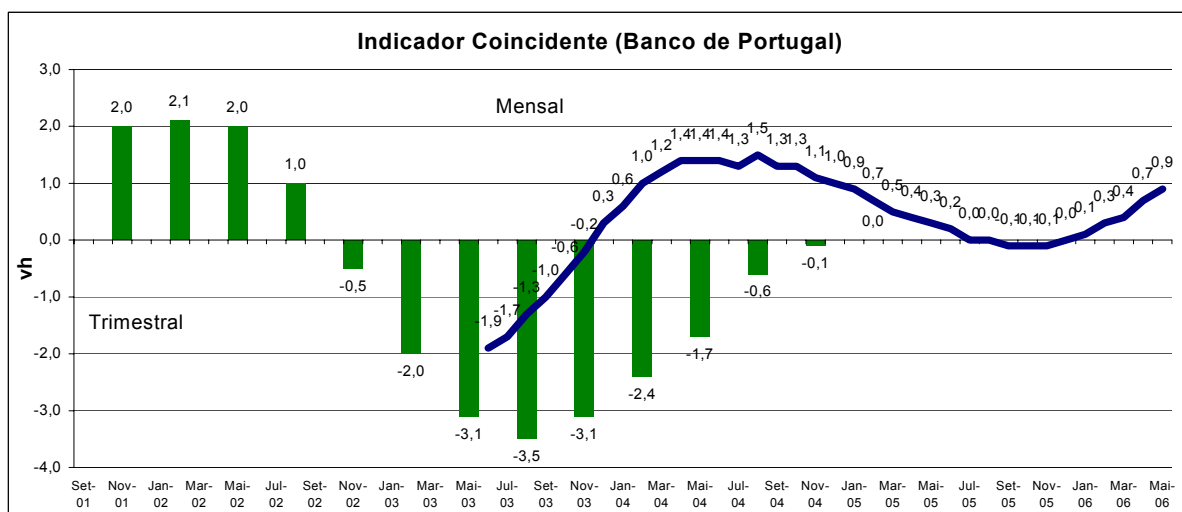
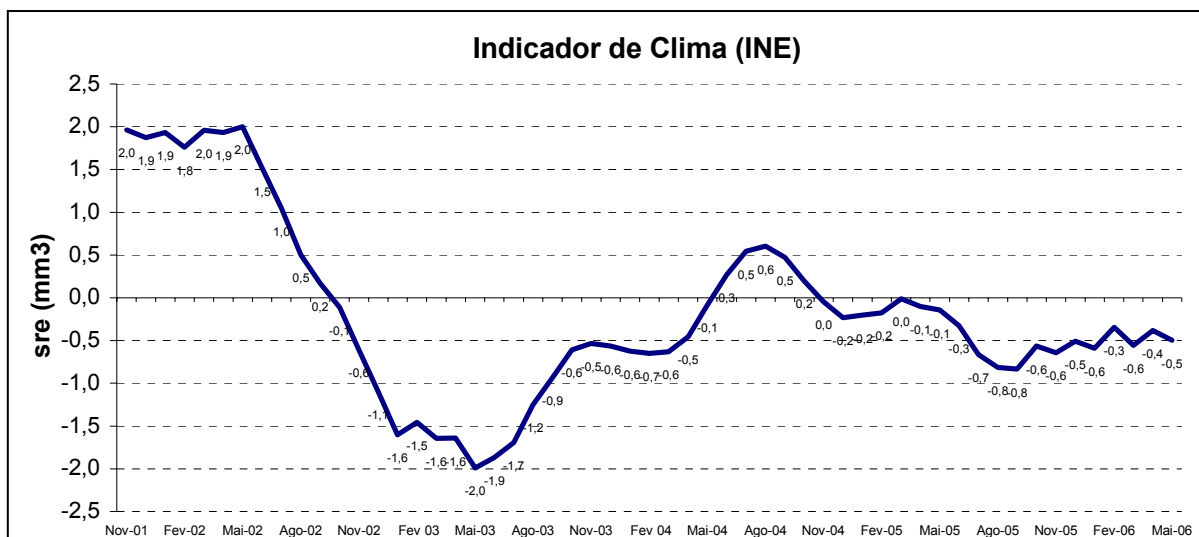


Figura 2.4

Quadro 2.3 – Indicadores avançados de actividade geral



<sup>4</sup> N/M12M - Valor do mês N, dividido pela média móvel de 12 meses, centrada em N-12.

<sup>5</sup> VHMM3M – variação homóloga da Média móvel de 3 meses.

Ministério da Economia e Inovação  
Gabinete de Estratégia e Estudos

A um nível mais desagregado, os indicadores qualitativos disponíveis apontam para a manutenção de um cenário de recuperação moderada da procura interna, sem sinais óbvios de aceleração do crescimento, quer por parte do consumo privado, quer por parte do investimento.

Os indicadores relacionados com o **consumo privado** (Quadro 2.4) tiveram um comportamento misto nos meses de **Abril e Maio**:

- O Índice do **Volume de Negócios do Comércio a Retalho** do INE, aumentou em Abril e Maio de 2006, 0,6% e 3,5% (VH, v.c.s.<sup>6</sup>), o que representa uma ligeira aceleração face à variação de Janeiro-Março de 2006 (1,4%). Esta evolução contempla comportamentos distintos ao nível dos ramos Alimentar e Não Alimentar. O Índice do **Volume de Negócios do Comércio a Retalho de Bens Alimentares**, aumentou em Abril e Maio de 2006, 3,5% e 2,6% em termos homólogos (v.c.s), o que representa um ligeiro abrandamento face à variação de Janeiro-Março de 2006 (3,6%). O Índice do **Volume de Negócios do Comércio a Retalho de Bens não Alimentares**, diminuiu em Abril de 2006 mas recuperou em Maio, -1,7% e 4,3%, respectivamente, em termos homólogos (v.c.s), o que representa uma melhoria significativa face à diminuição verificada em Janeiro-Março de 2006 (-0,4%).
- Em contradição com o anterior, o Índice de **Volume de Vendas no Comércio a Retalho**, apresentou um valor médio de -19,5 no período Abril-Maio, o que representa uma contracção face ao nível médio de -13 registado no primeiro trimestre de 2006.
- Quanto ao Índice de Volume de Negócios nos Serviços – **Alojamento e Restauração**, este indicador teve um comportamento positivo em Abril (3,6% VH), contra 1,1% em Janeiro-Março.
- As **Vendas de veículos ligeiros de passageiros**, apesar da subida homóloga de 2,0% verificada em Abril, tiveram uma quebra acentuada de -6,3% em Maio, que compara com a quebra de -2,3% verificada em Janeiro-Março;
- O **Indicador de Confiança dos Consumidores** do INE recuperou, no período de Abril-Maio (-36 em média, ve/mm3m) face ao valor de -37,8 registado no período de Janeiro-Março.
- A série do indicador **Coincidente do Consumo Privado** do Banco de Portugal foi revista em baixa, mas manteve-se relativamente estável em Abril-Maio (0,75), quando comparado com 0,8 em Janeiro-Março de 2006.

A informação já disponível para o mês de **Junho** aponta para uma melhoria da confiança dos consumidores:

- O indicador de **Confiança dos Consumidores** da Comissão Europeia atingiu em Junho o nível mais elevado (-36) desde Março de 2006. No conjunto do segundo trimestre de 2006, o nível médio foi de -37,7, que compara com -38,3 no primeiro trimestre e com o valor médio de -23,0 registado desde 1990.

**Quadro 2.4 – Indicadores avançados do consumo privado**

Indicadores de Consumo Privado	Fonte	Unidade	2005			2006	2005	2006					
			II TR 05	III TR 05	IV TR 05	I TR 06	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	
Índice de Vol. de Neg. Comércio a Retalho	INE	VH (v.c.s)	3,9	0,4	1,4	1,3	2,6	1,0	1,9	1,1	1,1		
IVN no Comércio a Retalho de Bens Alimentares	INE	VH (v.c.s)	1,8	0,7	2,8	3,6	4,8	2,3	6,2	2,2	2,5		
IVN no Comércio a Retalho de Bens não Alimentares	INE	VH (v.c.s)	5,6	0,1	0,3	-0,4	0,9	0,0	-1,6	0,3	-0,1		
Índice de Vol. de Vendas no Comércio a Retalho	INE	SRE-VE	-16,0	-12,0	-9,0	-16,0	9,0	-5,0	-15,0	-27,0	-13,0	-26,0	
Índice de V.Negócios nos Serviços - Alojamento e restauração	INE	VH	-5,2	0,7	3,1	1,1	3,5	4,4	0,0	-0,7	3,6		
Venda de Veículos Ligeiros de Passageiros (definitivos)	ACAP	VH	10,8	-3,7	-3,4	-2,3	2,9	-5,4	-0,7	-1,0	2,0	-6,3	
Indicador de Confiança dos Consumidores	INE	VE/MM3M	-33,6	-41,9	-41,0	-37,8	-41,0	-41,2	-40,0	-37,8	-36,1	-35,8	
Indicador Coincidente do Consumo Privado	B.Portugal	VH	2,3	1,1	0,6	0,8	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	0,7	

<sup>6</sup> v.c.s.- valores corrigidos de sazonalidade.

Ministério da Economia e Inovação  
Gabinete de Estratégia e Estudos

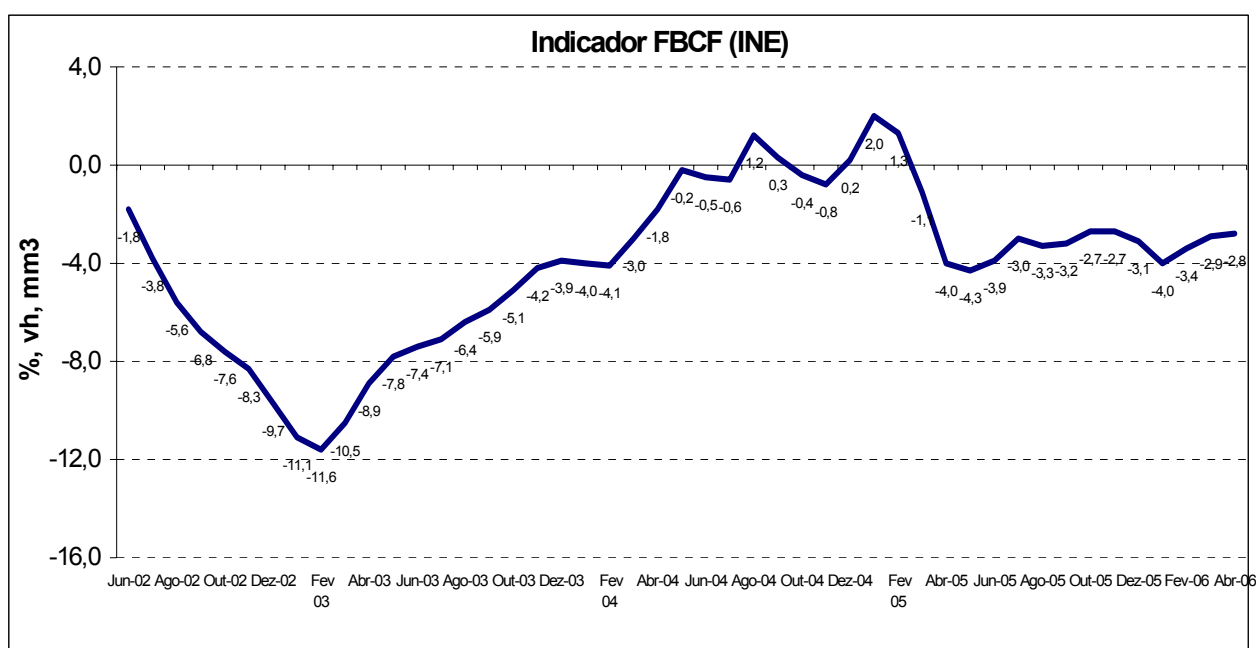
Relativamente ao Investimento (Quadro 2.5), os indicadores avançados actualmente disponíveis para Abril e Maio, revelam evoluções diferenciadas:

- O **Índice de Produção Industrial de Máquinas e Equipamentos** registou em Abril uma quebra, em termos homólogos de -5,7%, piorando relativamente à variação de Janeiro-Março (-0,9%).
- O **Índice de Produção Industrial de Bens de Investimento** registou em Abril uma quebra, em termos homólogos de -9,8%, piorando relativamente à variação de Janeiro-Março (-3,2%).
- As **Vendas de viaturas comerciais ligeiras** registaram uma evolução homóloga negativa de -9,7% e -0,7% em Abril e Maio (compara com -1,8% em Janeiro-Março). As **Vendas de Viaturas Comerciais Pesadas** evoluíram muito favoravelmente em Abril, para depois cair em Maio (+213,2% e -52,4% de VH). Esse movimento reflecte a antecipação de decisões de compra, em virtude da entrada em vigor de uma nova legislação europeia em Maio.
- As **Vendas de Cimento**, segundo o Banco de Portugal, tiveram um comportamento negativo em Abril e Maio (-6,1% e -4,7%, VH/mm3m), quando comparado com o valor do 1º Trimestre de 2006 (-0,2%).
- O **Indicador de FBCF** (Figura 2.5) aponta para uma recuperação contínua desde o início do ano. Embora ainda em terreno negativo, o valor registado em Abril foi superior (-2,8) à média verificada no 1º trimestre de 2006 (-2,9).
- O **Índice de Novas Encomendas à Indústria de Bens de Investimento**, apresenta uma evolução muito favorável no **Mercado Nacional** em Abril (+8,4%, VH), quando comparado com -8,0% no 1º trimestre de 2006.
- O **Indicador de Confiança na Construção** também evoluiu negativamente em Abril e Maio (-47,3 em média), enquanto a média do 1º Trimestre de 2006 foi de -46,0.

Quadro 2.5 – Indicadores avançados do investimento

Indicadores de Investimento	Fonte	Unidade	2005			2006	2005	2006				
			II TR 05	III TR 05	IV TR 05	I TR 06	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai
IPI - Máquinas e equipamentos	INE	VH	-4,6	-1,7	3,7	-1,0	3,0	-2,3	-1,4	1,1	-5,7	-2,1
IPI - Bens de Investimento	INE	VH	-2,9	-2,1	-2,1	-3,2	0,2	-5,8	-6,9	3,5	-9,9	6,8
Venda de Viaturas Comerciais Ligeiras (definitivos)	ACAP	VH	5,2	-5,3	-4,1	-1,8	0,4	-5,0	-1,6	1,0	-9,7	-0,7
Venda de Viaturas Comerciais Pesadas (definitivos)	ACAP	VH	-9,8	13,8	-4,8	9,2	-25,8	13,8	-3,0	14,7	213,2	-52,4
Vendas de Cimento	B. Portugal	VH-MM3M	-0,9	-5,5	-1,7	-0,2	-1,7	-1,8	-1,5	-0,2	-6,1	-4,7
Indicador de FBCF	INE	MM3M	-3,9	-3,2	-3,1	-2,9	-3,1	-4,0	-3,4	-2,9	-2,8	
Índice de Novas Encomendas (Investimento) M Nacional	INE	VH	0,6	-8,5	0,3	-8,0	6,1	-0,8	15,8	-27,7	8,4	
Indicador de Confiança na Construção	INE	SRE-VE	-40,0	-41,7	-46,2	-46,0	-47,5	-46,5	-46,0	-45,5	-46,0	-48,5

Figura 2.5



Os dados publicados pelo Banco de Portugal, relativos às estimativas do **comércio externo** de bens e serviços, (Quadros 2.6 e 2.7) apontam para um decréscimo homólogo das “importações” de 1,0% em Abril, contra +9,4% (VH) no período Janeiro-Março e um aumento homólogo das “exportações” em 2,5%, contra +11,8% (VH) no período Janeiro-Março. Este abrandamento da dinâmica das “exportações” deve-se à quebra nas exportações de bens, -2,4%, pois os serviços continuam a registar uma evolução favorável (+16,2%).

Tendo em conta a evolução recente dos deflatores das importações e exportações, estes dados permitem perspectivar a manutenção de um contributo positivo da procura externa para o crescimento do PIB no segundo trimestre de 2006.

Quadro 2.6 – Balança Corrente – Valores não acumulados

BALANÇACORRENTE

Meses acumulados

	2003	2004	2005	2005 (meses acumulados)			2006 (meses acumulados)			Taxas de Variação Homóloga				
				Jan/Fev	Jan/Mar	Jan/Abr	Jan/Fev	Jan/Mar	Jan/Abr	04/03	04/05	2006/2005		
												Jan/Fev	Jan/Mar	Jan/Abr
<b>BENS</b>	-12.507	-14.995	-16.774	-2.288	-3.867	-5.288	-2.571	-4.088	-5.504	-19,8	-11,9	-13,3	-5,8	-4,1
Crédito (Saídas)	28.365	29.875	30.663	4.903	7.499	10.056	5.186	8.275	10.770	5,3	2,6	5,8	10,3	7,1
Débito (Entradas)	40.871	44.860	47.437	7.171	11.367	15.343	7.756	12.368	16.274	9,8	5,7	8,2	8,8	6,1
<b>SERVIÇOS</b>	3.578	4.173	4.094	298	514	757	398	655	1.020	16,7	-1,9	33,7	27,4	34,7
Crédito	10.913	11.956	12.182	1.515	2.403	3.308	1.748	2.791	3.843	9,6	1,8	15,3	16,2	16,2
Débito	7.335	7.791	8.088	1.218	1.889	2.551	1.350	2.136	2.823	6,2	3,8	10,8	13,1	10,7
<b>BENS E SERVIÇOS</b>	-8.929	-10.811	-12.680	-1.970	-3.353	-4.530	-2.173	-3.438	-4.484	-21,1	-17,3	-10,3	-2,5	1,0
Crédito	39.278	41.840	42.844	6.419	9.902	13.364	6.934	11.066	14.613	6,5	2,4	8,0	11,8	9,3
Débito	48.207	52.651	55.525	8.389	13.255	17.894	9.106	14.504	19.097	9,2	5,5	8,5	9,4	6,7

Valores em milhões de euros; taxas de variação em percentagem

Fonte: GEE com base no Banco de Portugal, Boletim Estatístico

Ministério da Economia e Inovação  
Gabinete de Estratégia e Estudos

Quadro 2.7 – Balança Corrente – Valores acumulados

BALANÇA CORRENTE														
Meses não acumulados														
	2003	2004	2005	2005			2006			Taxas de Variação Homóloga				
				(meses não acumulados)			(meses não acumulados)			04/03	04/05	2006/2005		
				Fev	Mar	Abr	Fev	Mar	Abr			Fev	Mar	Abr
<b>BENS</b>	<b>-12.507</b>	<b>-14.985</b>	<b>-16.774</b>	<b>-1.082</b>	<b>-1.599</b>	<b>-1.421</b>	<b>-1.355</b>	<b>-1.523</b>	<b>-1.411</b>	<b>-19,8</b>	<b>-11,9</b>	<b>-25,1</b>	<b>4,8</b>	<b>0,7</b>
Crédito (Saídas)	28.365	29.875	30.663	2.465	2.556	2.556	2.570	3.089	2.465	5,3	2,6	4,3	19,0	-2,4
Débito (Entradas)	40.871	44.860	47.437	3.548	4.195	3.977	3.925	4.612	3.906	9,8	5,7	10,6	9,9	-1,8
<b>SERVIÇOS</b>	<b>3.578</b>	<b>4.173</b>	<b>4.094</b>	<b>156</b>	<b>216</b>	<b>244</b>	<b>187</b>	<b>257</b>	<b>365</b>	<b>16,7</b>	<b>-1,9</b>	<b>19,4</b>	<b>18,8</b>	<b>50,0</b>
Crédito	10.913	11.965	12.182	760	887	905	838	1.043	1.052	9,6	1,8	10,3	17,6	16,2
Débito	7.335	7.791	8.088	603	671	662	651	786	687	6,2	3,8	7,9	17,2	3,8
<b>BENS E SERVIÇOS</b>	<b>-8.929</b>	<b>-10.811</b>	<b>-12.680</b>	<b>-926</b>	<b>-1.383</b>	<b>-1.177</b>	<b>-1.168</b>	<b>-1.266</b>	<b>-1.045</b>	<b>-21,1</b>	<b>-17,3</b>	<b>-26,1</b>	<b>8,5</b>	<b>11,2</b>
Crédito	39.278	41.840	42.844	3.225	3.483	3.462	3.408	4.132	3.547	6,5	2,4	5,7	18,6	2,5
Débito	48.207	52.651	55.525	4.151	4.866	4.639	4.576	5.338	4.593	9,2	5,5	10,2	10,9	-1,0

Valores em milhões de euros; taxas de variação em percentagem

Fonte: GEE com base no Banco de Portugal, Boletim Estatístico

No Quadro 2.8 apresenta-se um benchmark de previsões de crescimento para a economia portuguesa efectuada por várias instituições

Quadro 2.8 – Previsões para a economia portuguesa

	2005					2006					2007				
	FM	OCDE	CE	BP	FEQ(05-09)	FM	OCDE	CE	BP	FEQ(05-09)	FM	OCDE	CE	BP	FEQ(05-09)
	Abr-06	Mão-06	Primav-06	Primav-06	Dez-05	Abr-06	Mão-06	Primav-06	Inverno-06	Dez-05	Abr-06	Mão-06	Primav-06	Inverno-06	Dez-05
<b>Crescimento real em %</b>															
PIB	0,3	0,3	0,3	0,3	0,5	0,8	0,7	0,9	0,8	1,1	1,5	1,5	1,1	1,0	1,8
-Consumo privado	-	2,0	2	1,8	2,3	-	1,2	1,2	1,2	1,3	-	1,9	1,2	1,1	1,5
-Consumo Público	-	1,7	1,7	1,9	0,8	-	0,2	0,3	0,7	-1,3	-	-0,4	-0,1	0,4	-0,8
-FBCF	-	-2,9	-3,1	-2,6	-2,1	-	-0,7	-0,8	-1,1	1,7	-	2,8	1,3	-0,8	3,6
-Exportações Bens e Serviços	-	0,9	0,9	0,9	1,2	-	4,0	3,9	4,0	5,7	-	5,6	4,5	5,2	6,1
-Importações Bens e serviços	-	1,8	1,8	1,8	2,1	-	2,7	2,3	2,8	4,2	-	5,0	3,4	3,2	4,3
<b>Em percentagem</b>															
IHPC (t.v.) <sup>(1)</sup>	2,1	2,1	2,6	2,2	2,3	2,1	2,7	2,7	2,5	2,3	2,1	2,1	2,4	2,3	2,2
Taxa de Desemprego (% da pop. activa)	7,6	7,7	7,4	7,6	7,4	7,7	7,9	8,1	-	7,7	7,6	7,7	8,3	-	7,7
Balança Corrente (% PIB) <sup>(2)</sup>	-9,2	-9,3	-9,5	-8,1	-8,7	-9,5	-9,6	-9,8	-8,5	-8,8	-9,4	-9,7	-9,6	-8,8	-8,4

(1) No caso do FEQ - Daltador do Consumo Privado e FM - IPC

(2) No caso do Banco de Portugal, Balança Corrente + Balança de Capital

Fontes: FM, World Economic Outlook, Abril de 2006; OCDE, Economic Outlook nº79, Maio de 2006;

CE - Comissão Europeia, "Economic Forecasts" - Spring 2006; BP - Boletim Económico, Inverno de 2005 e Primavera de 2006;

FEQ - Plano de Estabilidade e Crescimento 2005-2009, Dezembro de 2005

Ministério da Economia e Inovação  
Gabinete de Estratégia e Estudos

### 3. Dinâmica Sectorial

Os dados relativos ao primeiro trimestre de 2006 publicados pelo INE, apontam para uma recuperação da actividade económica, com o **Valor Acrescentado Bruto (VAB)** a registar uma taxa de crescimento homólogo em volume de 0,9% (Quadro 3.2). A inflexão no sentido ascendente é extensiva à maioria dos sectores.

O VAB do ramo da **Indústria** acentuou a sua trajectória de recuperação, em particular nos dois últimos trimestres, onde a taxa de variação homóloga passa a ser positiva quando comparada com igual período do ano anterior (0,3% no quarto trimestre de 2005, 1,5% no primeiro trimestre de 2006<sup>7</sup>). O sector da **Agricultura, Silvicultura e Pescas**, que sofreu uma queda substancial (-8,4%) em 2005 devido ao mau ano agrícola, mantém no primeiro trimestre de 2006 a recuperação iniciada nos dois últimos trimestres de 2005, atingindo uma variação homóloga de 1.9% em volume.

A produção do ramo **Outros Serviços**, cujo peso no VAB total é muito significativo (32% em 2005), parece também ter invertido a tendência de desaceleração registada desde o terceiro trimestre de 2004, aumentando no primeiro trimestre de 2006 0,6% em termos homólogos (0,5% no quarto trimestre de 2005).

A produção na **Construção** continua a evoluir negativamente, embora tenha registado nos últimos dois trimestres um desagrevamento face à evolução anterior (-4,0% no último trimestre de 2005, -2,7% no primeiro trimestre de 2006). Também o sector dos **Transportes e Comunicações** se mantém em contracção (-1,2%), mas mais moderada que nos trimestres anteriores.

No conjunto dos sectores, apenas o ramo **Comércio, Restaurantes e Hotéis** mantém uma trajectória contínua de abrandamento desde o quarto trimestre de 2004, registando no entanto um crescimento homólogo positivo (0,7%).

**Quadro 3.1 – Evolução real do VAB por sectores**

Variação Homóloga - %

	peso (%)	2000	2002	2004	2005	1T04	2T04	3T04	4T04	1T05	2T05	3T05	4T05	1T06
VAB - Agricultura, Silvicultura, Pescas (const)	3,2	-4,2	2,4	0,8	-8,4	1,4	2,6	1,3	-2,1	-7,8	-10,2	-9,7	-5,8	1,9
VAB - Indústria (const)	16,7	2,1	-0,7	0,2	-1,6	1,7	1,6	-0,2	-2,2	-3,3	-1,9	-1,7	0,3	1,5
VAB - Construção (const)	6	6,3	-4,0	-1,3	-4,0	-3,5	-0,1	-0,2	-1,5	-2,7	-3,0	-6,3	-4,0	-2,7
VAB - Electricidade, gás e água (const)	2,8	9,5	0,3	5,5	2,1	6,8	6,1	5,0	4,2	1,8	2,5	1,7	1,5	3,8
VAB - Comércio, Restaurantes e Hotéis (const)	17	4,4	-1,1	1,7	1,8	0,6	1,5	1,9	3,0	2,4	2,1	1,5	1,3	0,7
VAB - Transportes e Comunicações (const)	7,4	9,7	2,8	4,7	-1,2	4,9	7,8	3,7	2,6	0,3	-1,6	-1,9	-1,6	-1,2
VAB - Actividades Financeiras e Imobiliárias (const)	14,9	4,0	2,7	-0,4	0,8	-1,0	0,5	-0,4	-0,5	0,5	1,3	1,8	-0,5	3,0
VAB - Outros Serviços (const)	32	3,5	2,3	1,7	0,9	1,4	1,8	1,8	1,7	1,3	1,1	0,8	0,5	0,6
<i>Por memória:</i>														
Valor Acrescentado Bruto (const)		3,9	0,8	1,2	-0,2	1,0	2,0	1,2	0,7	0,0	-0,1	-0,4	-0,2	0,9

Fonte: INE - Contas Nacionais Trimestrais (base 2000) - Março 2006

<sup>7</sup> O INE chama a atenção para o facto de este comportamento reflectir um efeito positivo decorrente de o primeiro trimestre de 2006 ter beneficiado de mais dois dias úteis do que o seu homólogo em 2005.

Ministério da Economia e Inovação  
Gabinete de Estratégia e Estudos

Relativamente ao **Emprego** (Quadro 3.2), os únicos sectores nos quais se verificou um acréscimo durante este período, foram os sectores da **Construção** (+1,5%), embora em ritmo inferior ao registado no trimestre anterior (+5,1%), dos **Transportes e Comunicações** (+5,4%) e de **Outros Serviços** (+4,3%). De realçar que nos dois primeiros ramos, o número de empregados aumenta não obstante a queda da produção, o que se traduz numa queda substancial das respectivas medidas de produtividade aparente.

Nos restantes sectores, o emprego diminuiu. Nomeadamente, no sector das **Actividades Financeiras e Imobiliárias** (-4,5%), no sector da **Electricidade, Gás e Água** (-4,2%), e em menor grau nos sectores da **Indústria Transformadora** (-1,1%), da **Agricultura, Silvicultura e Pesca** (-1,0%), e o do **Comércio, Restaurantes e Hotéis** (-0,6%).

A dinâmica sectorial de criação e destruição de Emprego apresenta, em geral, uma continuidade face à evolução registada em 2005.

**Quadro 3.2 – Evolução do emprego por sectores**

Variação Homóloga - %

	peso (%)	2000	2002	2004	2005	1T04	2T04	3T04	4T04	1T05	2T05	3T05	4T05	1T06
Emprego - Agricultura, Silvicultura, Pescas	11,8	2,2	-2,4	-3,7	-1,9	-3,5	-5,8	-4,0	-1,6	-2,6	-2,3	-1,0	-1,8	-1,0
Emprego - Indústria Transformadora	18,9	-1,0	-4,0	-1,6	-3,4	-3,6	-2,4	-0,7	0,3	-0,8	-3,0	-4,0	-5,5	-1,1
Emprego - Construção	10,8	10,5	6,8	-6,1	1,1	-6,2	-7,5	-4,7	-5,9	-3,1	-0,6	3,2	5,1	1,5
Emprego - Electricidade, gás e água*	0,9	-2,1	5,6	-9,2	-4,1	-6,3	-11,4	-15,2	-3,9	-11,5	-4,0	1,7	-1,7	-4,2
Emprego - Comércio, Restaurantes e Hotéis	20,5	3,3	1,0	1,3	0,1	2,8	2,5	0,7	-0,8	-1,3	0,8	-0,4	1,5	-0,6
Emprego - Transportes e Comunicações	4,3	6,8	1,0	0,4	3,0	1,0	-1,7	2,5	-0,4	1,6	3,5	4,5	2,2	5,4
Emprego - Actividades Financeiras e Imobiliárias	7,4	2,1	0,9	11,4	-2,6	19,2	16,0	6,9	4,8	-2,3	-0,7	-2,7	-4,6	-4,5
Emprego - Outros Serviços	25,4	0,3	2,3	2,6	3,4	0,6	3,8	2,1	4,0	4,3	3,6	2,9	3,0	4,3
<i>Por memória:</i>														
Emprego - Total		2,3	0,5	0,1	0,0	0,0	0,1	-0,1	0,3	-0,3	0,1	0,1	0,0	0,6

Fonte: INE - Estatísticas do emprego - 1º trimestre 2006; \*Inclui Indústria Extractiva

Os indicadores mais recentes relativos à evolução sectorial apontam para uma retoma moderada, extensiva ao conjunto da economia.

No que respeita à indústria, os indicadores disponíveis apontam para uma contracção da actividade em Abril com recuperação no mês de Maio. No conjunto do período Abril-Maio, as taxas de crescimento médias dos índices agregados de volume de negócios e de produção industrial foram superiores às registadas no primeiro trimestre de 2006:

- O **Índice de Volume de Negócios na Indústria** (IVNI), regista uma recuperação significativa em Maio (+14,2% em VH), após uma contracção em Abril (-1,4%) e um crescimento de 6,2% no primeiro trimestre de 2006.

O **Índice de Volume de Negócios na Indústria Transformadora**, regista também uma aceleração assinalável em Maio (+13,6%, VH, M3M), após -1,4% em Abril e +6,1% no primeiro trimestre (+6,1%).

Ministério da Economia e Inovação  
Gabinete de Estratégia e Estudos

- O **Índice de Produção Industrial (IPI)**, após uma descida em Abril, (-1,8%, VH), recuperou de forma acentuada em Maio (+6,8%). No conjunto dos dois meses, a evolução no sector da indústria foi mais favorável que no 1º trimestre de 2006 (+1.3%).

- O **IPI da Indústria Transformadora (IT)**, apresentou uma dinâmica semelhante ao do IPI geral, com decréscimo de -4,6% em Abril e recuperação em Maio (+6,2%), que compara com 1,8% no 1º trimestre de 2006.

**Quadro 3.3 – Indicadores sectoriais para a Indústria**

Indicadores Trimestrais / Mensais	Unidade	II TR 05	III TR 05	IV TR 05	I TR 06	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai
Índice de Produção Industrial - Total	VH/VCS	-0,3	0,8	2,2	1,3	5,3	-0,5	-1,4	5,8	-1,8	6,8
Índice Volume Negócios na Indústria	VH	1,8	1,3	1,3	6,2	2,3	4,6	1,9	11,5	-1,4	14,2
Índice de Novas Encomendas na Indústria	VH	-0,9	-2,1	6,2	1,8	7,1	3,5	4,2	-1,4	5,1	
Índice de Produção Industrial - Indústria Transformadora	VH/VCS	-2,4	-1,1	1,2	1,8	3,4	0,1	-0,9	6,3	-4,6	6,2
Índice Volume Negócios na Indústria Transformadora	VH, M3M	1,7	1,2	1,1	6,1	1,9	4,4	1,8	11,5	-1,4	13,6
Indicador de confiança na Indústria Transformadora	VE/M3M	-10,2	-11,2	-8,2	-9,6	-8,2	-9,3	-9,1	-9,6	-10,0	-10,1
Carteira de Encomendas Global (tendência)	SRE-VE	-17,0	-8,0	-17,0	-16,0	:	:	:	:	:	:

Fonte: INE

Na desagregação do **Índice de Produção Industrial por subsecções**, há a salientar os seguintes aspectos:

- A Indústria de Fabricação de Equipamento Electrónico e de Óptica, com um peso relativo de 6,5% no total do sector, revela um grande dinamismo, com crescimento a dois dígitos desde o terceiro trimestre de 2005. Em Maio, registou uma taxa de crescimento de 23,5%, após 7,1% em Abril e 12,1% no primeiro trimestre.
- As Indústrias Metalúrgicas de Base e de Produtos Metálicos, que representam de 7,8% do total da produção, mantém no conjunto do período Abril-Maio a trajectória de recuperação iniciada no quarto trimestre de 2005, após um período de evolução negativa.
- A Indústria de Fabricação de Material de Transporte apresenta em Maio uma recuperação significativa (+17,0%, VH), após -14,5% em Abril, -6,8% no primeiro trimestre de 2006 e -6,2% em 2005.
- A Indústria têxtil mantém no período Abril-Maio uma dinâmica de contracção, à semelhança do que se vem verificando desde 2002 (mais detalhes no anexo estatístico).

Ministério da Economia e Inovação  
Gabinete de Estratégia e Estudos

**Quadro 3.4 – Índice de Produção Industrial por subsecções, variação homóloga**

	2005	1T05	2T05	3T05	4T05	1T06	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai
<b>Total</b>	0,3	-1,5	-0,3	0,8	2,2	1,3	-0,5	-1,4	5,8	-1,8	6,8
<b>C- Indústrias extractivas</b>	<b>-2,3</b>	<b>-2,5</b>	<b>-4,4</b>	<b>2,3</b>	<b>-4,2</b>	<b>-6,1</b>	<b>-4,5</b>	<b>-7,0</b>	<b>-6,9</b>	<b>-14,4</b>	<b>-7,5</b>
CB- Indústrias extractivas, com excepção da extracção de produtos energéticos	-2,3	-2,5	-4,4	2,3	-4,2	-6,1	-4,5	-7,0	-6,9	-14,4	-7,5
<b>D- Indústrias transformadoras</b>	<b>-1,6</b>	<b>-3,9</b>	<b>-2,4</b>	<b>-1,1</b>	<b>1,2</b>	<b>1,8</b>	<b>0,1</b>	<b>-0,9</b>	<b>6,3</b>	<b>-4,6</b>	<b>6,2</b>
DA- Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	-0,4	-2,2	-0,4	-0,7	1,8	0,7	1,0	-2,1	3,2	-5,5	8,1
DB- Indústria têxtil	-9,1	-7,9	-9,8	-9,5	-9,0	-6,3	-9,3	-8,9	-0,2	-11,3	1,1
DC- Indústria do couro e dos produtos de couro	-10,2	-11,9	-14,3	-7,1	-6,7	-6,9	-12,4	-6,8	-1,1	-14,9	-4,8
DD- Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras	0,2	-6,1	4,5	-2,3	5,1	8,1	7,0	6,4	11,2	-8,0	4,1
DE- Fabricação de pasta, de papel e cartão e seus artigos; edição e impressão	0,9	-1,6	1,3	-2,1	6,2	1,1	1,4	3,2	-1,2	-3,7	2,2
DF- Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e combustível nuclear	2,9	41,3	-12,0	0,7	-3,4	6,7	3,6	-2,9	19,9	7,1	5,3
DG- Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais	-0,7	-2,7	-2,9	2,3	0,7	4,9	3,0	0,6	11,4	2,3	2,8
DH- Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	11,0	3,0	11,5	16,2	13,5	7,1	10,2	3,6	7,5	-0,4	4,5
DI- Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	-2,8	-3,5	-2,5	-1,8	-3,4	2,3	4,9	-1,2	3,1	-2,8	3,3
DJ- Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos	-2,4	-5,8	-5,5	-2,3	4,5	7,9	6,5	3,1	14,2	-3,1	9,8
DK- Fabricação de máquinas e equipamentos, n.e.	-2,3	-6,3	-4,6	-1,7	3,7	-1,0	-2,3	-1,4	0,8	-6,8	-2,1
DL- Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica	7,2	-4,2	3,3	13,6	17,2	12,1	2,5	13,2	19,5	7,1	23,5
DM- Fabricação de material de transporte	-6,2	-7,6	-1,5	-5,0	-10,5	-6,8	-11,6	-14,8	7,9	-14,5	17,0
DN- Indústrias transformadoras, n.e.	-10,0	-12,2	-5,1	-11,8	-10,8	-5,6	-5,1	-12,5	1,8	-14,3	0,2
<b>E- Produção e distribuição de electricidade, gás e água</b>	<b>15,9</b>	<b>17,8</b>	<b>18,8</b>	<b>16,1</b>	<b>11,1</b>	<b>-1,5</b>	<b>-4,3</b>	<b>-4,5</b>	<b>4,3</b>	<b>19,8</b>	<b>12,5</b>
EE- Produção e distribuição de electricidade, gás e água	15,9	17,8	18,8	16,1	11,1	-1,5	-4,3	-4,5	4,3	19,8	12,5

Fonte: INE

Não obstante a evolução positiva em termos de produção e de volume de negócios, o **Indicador de Confiança da Indústria Transformadora** do INE registou em Abril (-10,0) e Maio (-10,1) níveis inferiores aos registados no primeiro trimestre do ano (-9,6). A deterioração da confiança na indústria é confirmada pelos indicadores da Comissão Europeia já disponíveis até Junho. De acordo com aquela fonte, a confiança na indústria registou um nível médio de -9,7 no segundo trimestre de 2006, que compara com -9,3 no primeiro trimestre. O valor atingido em Junho está, no entanto, acima da média (-9,0).

Finalmente, o **Índice de Novas Encomendas na Indústria**, que de certa forma perspectiva a evolução da actividade a curto prazo, recuperou em Abril da quebra registada em Março (-1,4%), atingindo uma taxa de variação de 5,1%. No conjunto dos dois meses, a evolução foi superior à verificada no primeiro trimestre do ano (+1,8%).

No que respeita à **construção**, o **Índice de Produção na Construção e Obras Públicas** registou em Abril um agravamento face ao mês anterior (-4,6% contra -4,3%, VM12M). As **Vendas de Cimento** também apontam para uma queda em Abril (VH de -13,9%), mas registam uma recuperação em Maio (-0,1%), atingindo uma taxa de crescimento próxima da verificada no primeiro trimestre (-0,2%). Os restantes indicadores apresentam-se menos favoráveis: o **licenciamento de Obras** registou uma evolução desfavorável no mês de Abril, com uma variação homóloga de -24,8%, que compara com a subida de 6,3% em Março (-0,1% no primeiro trimestre do ano). O índice de **Confiança na Construção** do INE mantém em Maio a trajectória desfavorável que vinha assumindo desde o início do ano, com um valor de -48,5 (-46 em Abril e no primeiro trimestre do ano). O indicador de Confiança na Construção da Comissão Europeia confirma o agravamento em Abril-Maio (-41, em média) face aos valores registados no primeiro trimestre (-35,7), mas melhora em Junho (-36). Essa melhoria, no entanto, não é suficiente para colocar o índice de confiança da construção no segundo trimestre (-39,3) acima do valor registado no primeiro trimestre.

Ministério da Economia e Inovação  
Gabinete de Estratégia e Estudos

**Quadro 3.5 - Indicadores sectoriais para a Construção**

Indicadores Trimestrais / Mensais	Fonte	Unidade	2005			2006	2005	2006				
			II TR 05	III TR 05	IV TR 05	I TR 06	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai
Índice de produção na construção e Obras públicas	INE	VM4T/VM12M	-6,2	-3,2	-4,0	-3,7	-4,9	-4,8	-4,6	-4,3	-4,6	
Vendas de cimento (Índice 100=1990)	BP	VH	-0,9	-5,5	-1,7	-0,2	-4,3	3,4	-4,0	-0,2	-13,9	-0,1
Licenciamento de obras	INE	VH	-7,8	-7,3	-5,5	-0,1	1,9	-3,1	-3,5	6,3	-24,8	
Indicador de confiança da Construção	INE	SRE-VE	-40,0	-41,7	-46,2	-46,0	-47,5	-46,5	-46,0	-45,5	-46,0	-48,5
Carteira de Encomendas (Conjunto do sector)			-58	-60	-62	-64	-62	-64	-67	-61	-63	-66
Perspectiva de Emprego - próximos 3 meses (Conjunto do sector)			-22	-24	-30	-28	-33	-29	-25	-30	-29	-31
Apreciação da actividade nos últimos 3 meses (Conjunto do sector)	INE	SRE-VE	-24	-22	-27	-33	-32	-36	-32	-31	-33	-32
Perspectiva de Preços - próximos 3 meses (Conjunto do sector)	INE	SRE-VE	-16	-19	-21	-19	-24	-20	-19	-18	-20	-20

Fonte: INE

No que respeita aos **Serviços**, o último **Índice de Volume de Negócios nos Serviços** disponível é relativo a Abril, e apresenta uma queda (-2,5%, M3M) quando comparado com o valor de Março, que é idêntico ao do primeiro trimestre (-0,8%). De acordo com o INE, o **Indicador de Confiança no Sector dos Serviços** (Figura 3.1) subiu em Abril, de 1,3 (SRE) para 4,7 em Maio último, traduzindo-se numa tendência de subida face ao primeiro trimestre do ano (-2,7). Essa evolução é confirmada pela Comissão Europeia, que aponta para uma melhoria contínua da confiança entre Abril e Junho, ficando o valor médio no segundo trimestre (+0.7) bem acima do valor médio do primeiro trimestre (-4,3). Os restantes indicadores permitem perspectivar uma melhoria para o sector dos serviços no segundo trimestre.

A **Tendência Actual do Volume de Vendas** evidencia uma ligeira desaceleração em Maio último (+15, SRE) face ao valor efectivo de Abril (+17), mas permanece acima do valor médio do primeiro trimestre. A **Carteira de Encomendas** regista uma recuperação em Maio para -2 (SRE), valor também superior ao verificado em Abril e no primeiro trimestre do ano (-9).

No que diz respeito ao **Comércio**, a evolução mais recente aponta para a continuação da tendência de abrandamento iniciada em 2005. O **Volume de Vendas no Comércio** evoluiu desfavoravelmente em Maio (-20, SRE, que compara com -11 em Abril e -15 do 1º trimestre). O **Indicador de Confiança no Comércio**, registou também em Maio uma deterioração face aos níveis mais recentes (-10,2, M3M, que compara com -8,1 em Abril e -8,3 no primeiro trimestre).

Ministério da Economia e Inovação  
Gabinete de Estratégia e Estudos

**Quadro 3.6 – Indicadores sectoriais para os Serviços e Comércio**

Indicadores Trimestrais / Mensais	Unidade	2005			2006	2005	2006				
		II TR 05	III TR 05	IV TR 05	I TR 06	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai
Índice de volume de negócios nos Serviços	VH,M3M	1,2	-0,7	-0,8	-0,8	-0,8	-0,8	-1,5	-0,8	-2,5	
Tendência actual do volume de vendas	SRE-VE	17	1	-1	1	1	-5	-12	19	17	15
Indicador de confiança dos Serviços	SRE-VE	2,6	-2,7	-6,0	-2,7	-5,7	-6,0	-0,7	-1,3	1,3	4,7
Indicador de confiança nos Serviços Prestados às Empresas	VCS/M3M	-2,7	-2,8	-0,4	-2,8	-0,4	-0,1	0,2	-2,8	-3,4	-3,4
Carteira de encomendas	SRE-VE	-5	4	-6	-9	-9	-8	-6	-12	-9	-2
Volume de Vendas do Comércio	SRE-VE	-14	-12	-13	-15	-6	-9	-14	-22	-11	-20
Actividade no mês	SRE-VE	-21	-25	-23	-20	-19	-15	-17	-27	-17	-27
Indicador de confiança no Comércio	VE/M3M	-7,6	-13,2	-10,3	-8,3	-10,3	-8,5	-6,4	-8,3	-8,1	-10,2
Nível de existências	SRE-VE	3	6	5	7	2	2	6	13	5	10
Índice Volume Negócios Comércio a Retalho	VH, M3M	3,9	0,4	1,4	1,3	1,4	1,8	1,8	1,3	1,3	1,3
Volume de Vendas no Comércio a Retalho	SRE-VE	-9	-16	-12	-9	9	-5	-15	-27	-13	-26
Indicador de Confiança no Comércio a Retalho	SRE-VE	-10,1	-18,6	-14,8	-12,1	-8,9	-6,5	-11,6	-18,1	-7,1	-20,3
Volume de Vendas no Comércio por Grosso	SRE-VE	-13	-12	-16	-14	-18	-13	-13	-17	-9	-14
Indicador de Confiança no Comércio por Grosso	SRE-VE	-5,6	-8,6	-6,5	-5,1	-5,8	-5,3	-1,4	-8,8	-3,6	-5,9

Fonte: INE

No sub-sector do Comércio a retalho, o **Índice de Volume de Negócios no Comércio a Retalho** (ver figura 3.2) apresenta uma evolução constante desde Março (+1,3% em termos homólogos, M3M), idêntica à registada no primeiro trimestre do ano. O indicador do **Volume de Vendas** desceu no mês de Maio, com um valor efectivo de -26,0% (SRE) comparado com -13,0% em Abril e -9% no primeiro trimestre.

O **Indicador de Confiança no Comércio a Retalho**, evoluiu negativamente no mês de Maio (-20,3) face ao primeiro trimestre (-14,8), em particular quando comparado com o mês de Abril (-7,1). O indicador correspondente da Comissão Europeia confirma a queda em Maio, mas aponta para uma recuperação em Junho, que no entanto não é suficiente para colocar o Índice de Confiança no Comércio a Retalho no segundo trimestre a um nível superior ao verificado no primeiro trimestre.

O **Volume de Vendas no Comércio por Grosso** também se apresentou em queda em Maio, com um valor negativo de -14, o mesmo registado no primeiro trimestre de 2006, o que compara com -9 do mês de Abril. Por sua vez, o **Indicador de Confiança** sofreu um agravamento em Maio (-5,9, SRE), idêntico ao registado no primeiro trimestre (-5,1) mas inferior ao mês de Abril (-3,6).

Figura 3.1

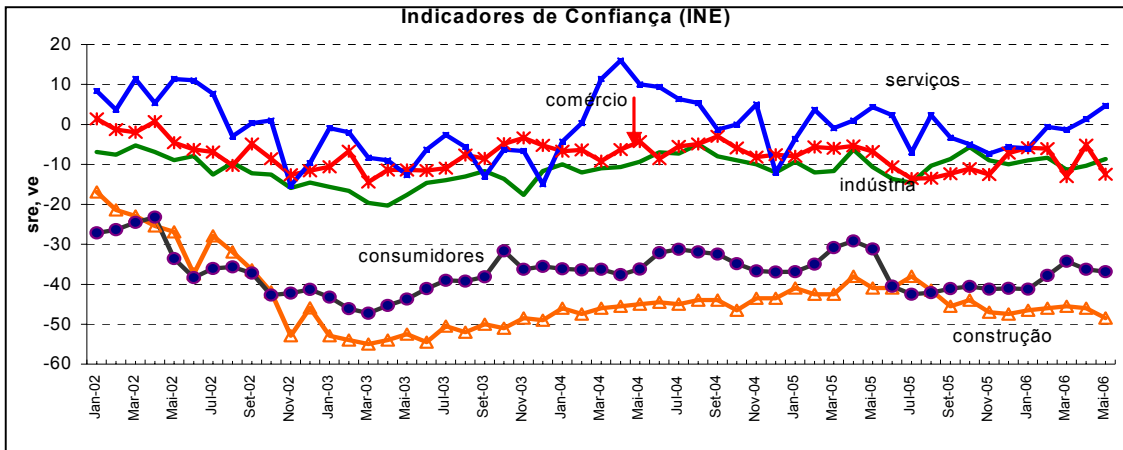
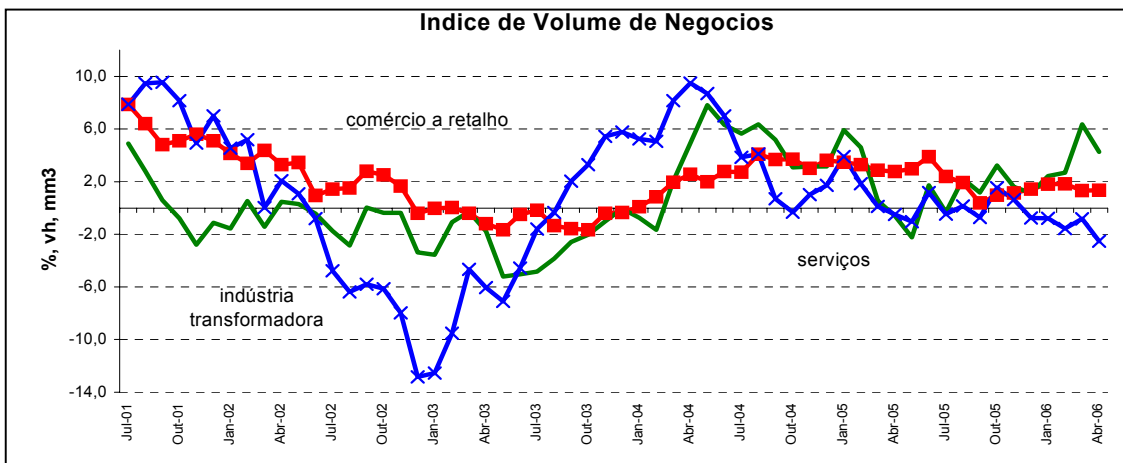


Figura 3.2



#### 4. Perspectiva regional: Dinâmica de crescimento nas regiões NUT II à luz da metodologia *Shift-Share*

A evolução da produtividade média a partir do trabalho a nível agregado depende de vários factores, entre os quais o crescimento da produtividade média por sector de actividade e as mudanças estruturais no emprego verificadas em cada sector. Nesta secção pretende-se analisar a contribuição desses dois factores na evolução da produtividade média das regiões NUT II registada entre os anos de 1995 e 2003. O estudo utiliza dados do Instituto Nacional de Estatística, nomeadamente o Valor Acrescentado Bruto a preços de base e o Emprego Total, por região NUT II, segundo a classificação de actividades económicas A17<sup>8</sup>.

A separação das componentes do crescimento da produtividade do trabalho por sector de actividade pode ser feita através do método de análise *Shift-Share*, técnica muito utilizada para analisar a dinâmica de crescimento regional numa perspectiva comparativa. O método decompõe a produtividade média do trabalho em três componentes:

1. **Efeito intra-sectorial**, que mede a contribuição do crescimento da produtividade média nos sectores supondo que se mantém constante o peso do trabalho de cada sector no emprego total, reflectindo as evoluções tecnológicas no sector.

2. **Efeito estático de mudança estrutural**, que mede a contribuição da variação do peso de trabalho de cada sector no emprego total caso não se tivessem alterado os níveis de produtividade.

3. **Efeito dinâmico de mudança estrutural**, que mede a contribuição sectorial dada pela interacção entre o crescimento da produtividade e mudanças estruturais no emprego em cada sector.

A observação de um efeito intra-sectorial positivo significa que o crescimento da produtividade se deve a uma evolução tecnológica favorável, dada a dotação inicial da força de trabalho no sector. Um efeito intra-sectorial negativo representa um retrocesso relativamente à eficiência tecnológica no sector.

Um efeito estático positivo reflecte uma deslocação de trabalhadores em direcção a sectores com níveis elevados de produtividade enquanto que uma deslocação da força de trabalho a favor dos sectores menos produtivos em detrimento dos sectores mais produtivos provoca um efeito estático negativo, reduzindo o crescimento da produtividade agregada.

---

<sup>8</sup> Consideram-se os sectores da CAE rev2, agregados por tipo de actividades: Primárias (A- Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura, B – Pescas), Secundárias (C - Indústrias Extractivas, D - Indústrias Transformadoras, E - Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e Água, F – Construção) e Terciárias (G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis, motociclos e bens de uso pessoal e doméstico, H - Alojamento e Restauração, I - Transportes, Armazenagem e Comunicações, J - Actividades Financeiras, K- Actividades Imobiliárias, Alugueres e serviços prestados às empresas, L - Administração Publica, Defesa e Segurança Social Obrigatória, M – Educação, N - Saúde e Acção Social, O - Outras Actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais, P - Famílias com empregados domésticos.

Ministério da Economia e Inovação  
Gabinete de Estratégia e Estudos

O efeito dinâmico é tanto mais positivo quanto maior for a deslocação de trabalhadores dos sectores com menor crescimento para os de maior crescimento. Quando o efeito for negativo, os sectores com crescimento elevado da produtividade do trabalho não são capazes de manter a sua participação no emprego total.

O Quadro 1 mostra os resultados da análise *Shift-Share* para as regiões NUT II. Apresenta-se a evolução da produtividade média do trabalho e a sua decomposição em cada um dos efeitos identificados.

A região Norte apresentou uma taxa de crescimento de produtividade do trabalho na ordem dos 37,5% dos quais 35,5% foram explicadas pelo forte efeito de crescimento intra-sectorial, sobretudo no sector dos serviços e os restantes 2% explicadas pelos efeitos estáticos e dinâmicos positivos que evidenciam um deslocamento da força de trabalho tanto em direcção a sectores mais produtivos, como em direcção a sectores com maior crescimento da produtividade. Em especial houve deslocação dos Sectores da Agricultura e Industria para o Sector dos Serviços (Actividades Imobiliárias, Alugueres e serviços prestados às empresas, Educação e Saúde e Acção Social).

A região Centro apresentou um comportamento ao longo do período muito idêntico ao da região Norte embora o crescimento da produtividade tenha sido superior em 4 p.p. e as actividades a receber trabalhadores foram Comércio por grosso e a retalho, Actividades Imobiliárias, Alugueres e serviços prestados às empresas e Saúde e Acção Social.

Se não tivesse havido transferência de mão-de-obra entre os sectores, o crescimento da produtividade na região de Lisboa poderia, hipoteticamente, ser de 46,2%, em vez de 42,9%. Os efeitos estáticos e dinâmicos foram negativos em todos os sectores, reflectindo uma deslocação de trabalhadores de sectores mais produtivos e com maior crescimento para sectores menos produtivos e com menor crescimento, com excepção do efeito estático positivo do sector terciário.

A evolução da produtividade média do trabalho na região do Alentejo teria sido maior se tivesse havido uma dinâmica mais favorável na mudança estrutural do emprego dado que esses efeitos foram negativos. A dinâmica dos trabalhadores foi a favor dos sectores menos produtivos e em menor crescimento, designadamente os sectores da Agricultura, Produção Animal, Caça e Silvicultura e Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e Água. No sector terciário a deslocação foi a favor das actividades mais produtivas e em maior crescimento de produtividade, a saber, Actividades Imobiliárias, Alugueres e serviços prestados às empresas e Saúde e Acção Social.

A região algarvia teve um crescimento de produtividade do trabalho na ordem dos 56,5%. Embora o efeito de crescimento intra-sectorial tenha sido de 57,4%, o efeito dinâmico foi negativo em 1,8%, o que significa que houve deslocação do trabalho para sectores em menor crescimento (Comércio por grosso e a retalho).

Nos Açores, o facto de a estrutura do emprego ter alterado a favor de actividades com menor crescimento e em detrimento de actividades com maior crescimento sobretudo dentro do sector terciário (Actividades Financeiras) não permitiu que o crescimento de produtividade do trabalho fosse 46,3%, ficando pelos 43,9%.

Ministério da Economia e Inovação  
Gabinete de Estratégia e Estudos

**Quadro 1. Decomposição da Taxa de Crescimento da Produtividade Média do Trabalho**  
1995-2003 (em %)

		<b>Efeito Intra-sectorial (1)</b>	<b>Efeito Estático (2)</b>	<b>Efeito Dinâmico (3)</b>	<b>Taxa de Crescimento (1)+(2)+(3)</b>
<b>Norte</b>	<b>Total</b>	<b>35,5</b>	<b>1,0</b>	<b>1,0</b>	<b>37,5</b>
	Sector Primário	-0,1	-0,9	0,0	
	Sector Secundário	11,8	-2,0	-0,6	
	Sector Terciário	23,7	3,9	1,6	
<b>Centro</b>	<b>Total</b>	<b>38,5</b>	<b>1,5</b>	<b>0,6</b>	<b>40,6</b>
	Sector Primário	1,0	-1,8	-0,3	
	Sector Secundário	12,6	-1,2	-0,1	
	Sector Terciário	24,8	4,5	1,0	
<b>Lisboa</b>	<b>Total</b>	<b>46,2</b>	<b>-0,9</b>	<b>-2,4</b>	<b>42,9</b>
	Sector Primário	0,7	-0,3	-0,2	
	Sector Secundário	6,8	-3,2	-1,0	
	Sector Terciário	38,8	2,6	-1,2	
<b>Alentejo</b>	<b>Total</b>	<b>41,9</b>	<b>-2,7</b>	<b>-1,0</b>	<b>38,3</b>
	Sector Primário	7,2	-2,9	-1,1	
	Sector Secundário	12,4	-2,7	-0,3	
	Sector Terciário	22,3	2,8	0,4	
<b>Algarve</b>	<b>Total</b>	<b>57,4</b>	<b>1,0</b>	<b>-1,8</b>	<b>56,5</b>
	Sector Primário	8,2	-1,8	-1,8	
	Sector Secundário	5,6	2,7	0,7	
	Sector Terciário	43,6	0,1	-0,7	
<b>Açores</b>	<b>Total</b>	<b>46,3</b>	<b>0,4</b>	<b>-2,7</b>	<b>43,9</b>
	Sector Primário	2,6	-0,1	-0,2	
	Sector Secundário	6,8	-0,1	0,0	
	Sector Terciário	36,9	0,7	-2,5	
<b>Madeira</b>	<b>Total</b>	<b>69,1</b>	<b>5,0</b>	<b>1,8</b>	<b>76,0</b>
	Sector Primário	3,1	-1,2	-1,0	
	Sector Secundário	9,6	0,3	-0,2	
	Sector Terciário	56,4	5,9	3,0	
<b>Portugal</b>	<b>Total</b>	<b>41,9</b>	<b>0,7</b>	<b>-0,3</b>	<b>42,3</b>
	Sector Primário	1,4	-1,0	-0,3	
	Sector Secundário	9,3	-1,8	-0,5	
	Sector Terciário	31,2	3,5	0,5	

Fonte: INE – Contas Regionais

Nota: O efeito total pode ser obtido como a soma dos efeitos parciais associados a cada sector.

Ministério da Economia e Inovação  
Gabinete de Estratégia e Estudos

A Região Autónoma da Madeira foi aquela que registou maior crescimento da produtividade, (76%). Este registo deveu-se ao aumento de produtividade verificada dentro dos sectores, bem como também à deslocação do factor trabalho para sectores mais produtivos e em maior crescimento, nomeadamente o sector dos serviços (Alojamento e Restauração e Educação).

A nível nacional é notável a expansão do sector terciário. Foi o sector com maior crescimento da produtividade do trabalho e aquela onde a deslocação dos trabalhadores foi a favor de actividades mais produtivas e com maior crescimento. As taxas de crescimento da produtividade superiores à média nacional foram registadas nas regiões da Madeira, do Algarve, Açores e Lisboa.

Uma particularidade que é comum a todas as regiões é o facto de o crescimento da produtividade nos sectores ser determinante para o crescimento da produtividade média do trabalho regional, principalmente no sector terciário. Verifica-se que o efeito de crescimento intra-sectorial é claramente dominante em todo o período, ou seja, estes dados sugerem que as evoluções tecnológicas funcionam como uma alavanca da evolução da produtividade média total.

## 5. Competitividade: estudo da OCDE “Trends and Recent Developments in Foreign Direct Investment”

A OCDE divulgou em Junho de 2006 as tendências e as evoluções recentes do investimento directo estrangeiro (IDE), a nível dos países da OCDE e de um conjunto seleccionado de outras economias. Nesta secção faz-se uma pequena síntese desse estudo.

### 5.1 Fluxos de IDE acumulado de 1996 a 2005

Ao longo da última década (1996-2005), os países da OCDE foram, no seu conjunto, os maiores investidores líquidos no estrangeiro, atingindo valores da ordem dos 1062 biliões de USD (Quadro 5.1).

**Quadro 5.1**  
**Fluxos de IDE nos países da OCDE (valores acumulados 1996-2005)**

SalDOS do IDPE (1)			SalDOS do IDEP (2)			IDPE Líquido		
Número de ordem	Países	Biliões de USD	Número de ordem	Países	Biliões de USD	Número de ordem	Países	Biliões de USD
1	EUA	1414,1	1	EUA	1539,7	1	França	379,1
2	Reino Unido	1021,1	2	Bélgica/Luxemb.	948,8	2	Reino Unido	368,0
3	Bélgica/Luxemb.	962,0	3	Reino Unido	653,1	3	Japão	244,0
4	França	782,1	4	Alemanha	424,5	4	Holanda	177,3
5	Holanda	489,9	5	França	402,9	5	Suíça	154,4
6	Alemanha	459,0	6	Holanda	312,6	6	Espanha	107,8
7	Espanha	332,4	7	Canadá	228,3	7	Canadá	65,8
8	Japão	304,1	8	Espanha	224,6	8	Itália	47,1
9	Canadá	294,1	9	México	164,2	9	Alemanha	34,5
10	Suíça	242,2	10	Suécia	157,2	10	Suécia	23,7
11	Suécia	180,9	11	Itália	115,2	11	Finlândia	21,6
12	Itália	162,3	12	Irlanda	108,4	12	Bélgica/Luxemb.	13,2
13	Finlândia	73,5	13	Suíça	87,8	13	Islândia	6,8
14	Dinamarca	68,6	14	Austrália	77,8	<b>14 Portugal</b>	<b>4,8</b>	
15	Irlanda	65,8	15	Dinamarca	72,3	15	Áustria	-0,9
16	Áustria	48,6	16	Polónia	67,2	16	Grécia	-3,1
<b>17 Portugal</b>	<b>41,4</b>		17	Japão	60,1	17	Dinamarca	-3,7
18	Coreia	40,5	18	Coreia	52,2	18	Noruega	-9,8
19	Noruega	39,2	19	Finlândia	51,9	19	Coreia	-11,7
20	Austrália	32,8	20	República Checa	50,0	20	Eslováquia	-13,1
21	México	17,2	21	Áustria	49,5	21	Turquia	-17,7
22	Islândia	11,0	22	Noruega	48,9	22	Nova Zelândia	-24,0
23	Grécia	6,6	23	Hungria	37,3	23	Hungria	-30,9
24	Hungria	6,4	<b>24 Portugal</b>	<b>36,6</b>	24	Irlanda	-42,6	
25	Turquia	5,3	25	Nova Zelândia	23,5	25	Austrália	-45,0
26	Polónia	3,1	26	Turquia	23,0	26	República Checa	-47,1
27	República Checa	2,9	27	Eslováquia	13,5	27	Polónia	-64,0
28	Eslováquia	0,3	28	Grécia	9,7	28	EUA	-125,7
29	Nova Zelândia	-0,5	29	Islândia	4,2	29	México	-147,1
<b>Total OCDE</b>	<b>7106,9</b>		<b>Total OCDE</b>	<b>6045,2</b>	<b>Total OCDE</b>	<b>1061,7</b>		

Fonte: OECD, Trends and Recent Developments in Foreign Direct Investment, June 2006

Nota: (1) - Investimento Directo do País no Exterior; (2) - Investimento Directo do Exterior no País

Com base nos valores referentes aos saldos líquidos das saídas de investimento (Quadro 5.1), verifica-se que dos 14 países investidores líquidos, os que mais se destacaram foram a França, o Reino Unido, o Japão, a Holanda, a Suíça e a Espanha. Estes 6 países contribuíram com cerca de 87% das saídas líquidas do conjunto dos 14 países. A OCDE refere como um dos factores com impacto nos fluxos de IDE, a localização das sedes de grandes empresas multinacionais europeias, como é o caso da Holanda e do Reino Unido. Portugal integra este grupo de países, ocupando a 14ª posição.

As restantes 15 economias são receptoras líquidas de investimento, sendo de ressaltar a posição algo paradoxal dos EUA, que surge ao lado de países como o México, a Polónia e a República Checa. A OCDE explica este aparente paradoxo por via do crescimento da economia americana, das condições favoráveis ao investimento e do baixo risco na localização dos investimentos.

## 5.2 Fluxos de IDE em 2005

Em 2005, o conjunto dos países da OCDE continuou a actuar como um importante investidor líquido devido aos significativos investimentos efectuados no exterior (aproximadamente 716 biliões de USD), contra montantes também muito elevados, ainda que inferiores, provenientes do exterior (cerca de 622 biliões de USD).

No Quadro 5.2 são apresentados os saldos das entradas e das saídas do investimento directo estrangeiro nos países da OCDE e num grupo de países seleccionados, para os anos de 2002 a 2005. A análise do quadro suscita os seguintes comentários:

- No ano de 2005, o **Reino Unido** foi o maior receptor de investimento directo estrangeiro (26,5% do total da OCDE), representando o montante mais elevado (164,5 biliões de USD) alguma vez registado no Reino Unido. Na vertente de investidor no exterior, no mesmo ano, o Reino Unido ocupou o 3º. lugar (101,1 biliões de USD), pesando 14,1% do total da OCDE.
- Os **EUA** surgem na segunda posição em termos de entradas de investimento directo, com um valor de cerca 110 biliões de USD (17,7% do total da OCDE, em 2005). Já nas saídas de investimento directo, os EUA registaram uma queda muito acentuada, passando de 244,1 biliões de USD em 2004 para 9,1 biliões de USD em 2005. Esta situação parece ser temporária, devido a alterações na legislação fiscal.
- A **França** continua a atrair montantes significativos de investimento proveniente do exterior (10,2% do total da OCDE, em 2005), especialmente por via de aquisições de empresas imobiliárias por empresas estrangeiras. Contudo, em 2005, a França<sup>9</sup> foi o maior investidor mundial no exterior, com cerca de 16% do total da OCDE.
- Em 2005, **Portugal** registou uma melhoria na captação de IDE face a 2004 (3,1 contra 2,4 biliões de USD). Já quanto ao investimento no exterior, a tendência é de decréscimo (1,1 biliões de USD) em relação a valores que foram relativamente elevados em 2003 e 2004 (8,0 biliões de USD em cada ano) .
- Dos países do alargamento, a República Checa foi a economia que atraiu mais investimento estrangeiro em 2005 (11,0 biliões de USD), seguida da Polónia (7,7 biliões de USD) e da Hungria (6,7 biliões de USD).

---

<sup>9</sup> Não contando com a Holanda, cujos valores foram influenciados por questões de ordem estatística.

Ministério da Economia e da Inovação  
Gabinete de Estratégia e Estudos

- De entre os países que não pertencem à OCDE, a China reforçou em 2005 a sua posição como um dos maiores países receptores de IDE (72,4 biliões de USD). Fora da Ásia, o Brasil confirmou também a sua posição como um país continua a captar grandes fluxos de investimento directo (15,1 biliões de USD, em 2005).

**Quadro 5.2 - Fluxos de IDE: 2002 a 2005** (Biliões de USD)

	Saldos de IDPE (1)				Saldos de IDEP (2)			
	2002	2003	2004p	2005e	2002	2003	2004p	2005e
<b>Países da OCDE</b>								
Austrália	8,0	15,5	17,5	-39,8	17,7	9,7	42,0	-36,8
Áustria	5,8	7,1	7,4	9,4	0,4	7,2	3,7	8,9
Bélgica	12,7	36,9	33,5	22,9	15,6	32,1	42,1	23,7
Luxemburgo	125,8	99,9	81,7	52,4	115,2	90,3	77,3	43,7
Canadá	26,8	21,5	43,2	34,1	22,1	7,6	1,5	33,8
República Checa	0,2	0,2	1,0	0,9	8,5	2,1	5,0	11,0
Dinamarca	5,7	1,1	-10,4	8,1	6,6	2,6	-10,7	5,0
Finlândia	7,6	-2,3	-1,1	2,7	7,9	3,3	3,5	4,6
França	50,5	53,2	57,0	115,6	49,1	42,5	31,4	63,5
Alemanha	19,0	6,2	1,9	45,6	53,6	29,2	-15,1	32,6
Grécia	0,7	0,4	1,0	1,5	0,1	1,3	2,1	0,6
Hungria	0,3	1,6	1,1	1,3	3,0	2,1	4,7	6,7
Islândia	0,3	0,4	2,6	6,7	0,1	0,3	0,7	2,3
Irlanda	11,0	5,6	15,8	12,9	29,4	22,8	11,2	-22,8
Itália	17,1	9,1	19,3	41,5	14,6	16,4	16,8	19,5
Japão	32,3	28,8	31,0	45,8	9,2	6,3	7,8	2,8
Coreia	2,6	3,4	4,7	4,3	2,4	3,5	9,2	4,3
México	0,9	1,3	4,4	6,2	18,3	14,2	18,7	18,1
Holanda	32,0	44,2	17,3	119,4	25,1	21,8	0,4	43,6
Nova Zelândia	-1,1	0,2	1,1	-0,3	-0,3	2,0	4,4	2,8
Noruega	4,2	2,1	3,5	3,4	0,7	3,8	2,5	14,5
Polónia	0,2	0,3	0,8	1,5	4,1	4,9	12,4	7,7
<b>Portugal</b>	<b>-0,1</b>	<b>8,0</b>	<b>8,0</b>	<b>1,1</b>	<b>1,8</b>	<b>8,6</b>	<b>2,4</b>	<b>3,1</b>
Eslováquia	0,0	0,0	0,2	0,1	4,1	0,6	1,1	1,9
Espanha	32,7	27,6	60,6	38,7	39,2	26,0	24,8	23,0
Suécia	10,6	21,3	11,9	26,0	11,7	1,3	-1,9	13,7
Suíça	8,2	15,4	26,9	42,8	6,3	16,5	0,8	5,8
Turquia	0,2	0,5	0,9	1,0	1,1	1,8	2,8	9,7
Reino Unido	50,3	62,4	94,9	101,1	24,1	16,8	56,3	164,5
EUA	154,5	140,6	244,1	9,1	80,8	67,1	133,2	109,8
<b>Total OCDE</b>	<b>619,1</b>	<b>612,6</b>	<b>781,8</b>	<b>716,1</b>	<b>572,5</b>	<b>464,8</b>	<b>490,9</b>	<b>621,7</b>
<b>Outros países</b>								
Argentina	-0,6	0,8	0,4	1,2	2,2	1,7	4,3	4,7
Brasil	2,5	0,2	9,8	2,5	16,6	10,1	18,1	15,1
Chile	0,3	1,6	1,5	2,4	2,5	4,3	7,2	7,2
Estónia	0,1	0,2	0,3	0,6	0,3	0,9	1,0	2,9
Letónia	0,0	0,0	0,1	0,1	0,3	0,3	0,7	0,6
Lituânia	0,0	0,0	0,3	0,3	0,7	0,2	0,8	1,0
Eslovénia	0,2	0,5	0,6	0,6	1,6	0,3	0,8	0,5
China	2,5	-0,2	1,8		52,7	53,5	60,6	72,4
Hong-Kong	17,5	5,5	45,7	32,6	9,7	13,6	34,0	35,9
Índia	1,7	1,3	2,3	1,4	5,6	4,6	5,3	6,6
Rússia	3,5	9,7	13,8	13,1	3,5	8,0	15,4	14,6
Singapura	3,7	3,7	14,3	9,2	5,7	9,3	24,0	33,4
África do Sul	-0,4	0,6	1,4	0,1	0,8	0,7	0,8	6,4

Fonte: OECD, *Trends and Recent Developments in Foreign Direct Investment, June 2006*

Notas: (1) - Investimento Directo do País no Exterior; (2) - Investimento Directo do Exterior no País;  
p - valor preliminar; e - valor estimado

## 6. Agenda

### 6.1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<b>Plano Tecnológico</b>	<p>A execução do Plano Tecnológico avança com iniciativas mobilizadoras para a sociedade da informação, que passam pela simplificação e desmaterialização de procedimentos, em benefício dos cidadãos e das empresas:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Lançamento do ViaCTT a caixa de correio electrónica para cidadãos, empresas e instituições, em 27 de Junho.</li><li>2. Portal NETemprego, especializado na oferta e procura de emprego que disponibiliza um conjunto alargado de serviços dirigidos a candidatos a emprego e empregadores, a partir de 28 de Julho.</li></ol>
<b>Estratégia Nacional para a Energia</b>	<p>Na execução da Estratégia Nacional para a Energia, o Conselho de Ministros, de 2006-06-22, aprovou os seguintes diplomas:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Decreto-Lei que estabelece os princípios gerais relativos à organização e funcionamento do Sistema Nacional de Gás Natural (SNGN), aprovados pelo Decreto-Lei n.º 30/2006, de 15 de Fevereiro, regulamentando o regime jurídico aplicável ao exercício das actividades de transporte, armazenamento subterrâneo, recepção, armazenamento e regaseificação de GNL, distribuição e comercialização de gás natural e à organização dos mercados de gás natural.</li></ol> <p>Relativamente ao mercado interno de gás natural, o diploma estabelece o calendário de abertura do mercado nacional aos vários consumidores, iniciando-se a liberalização em Janeiro de 2007 para os produtores de electricidade em regime ordinário e completando-se em Janeiro de 2010 para todos os clientes.</p> <p>Em matéria de regulação, o diploma define regras de fixação de preços passando as tarifas de acesso e dos clientes finais a ser estabelecidas pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE).</p> <ol style="list-style-type: none"><li>2. Resolução do Conselho de Ministros que estabelece as orientações para a constituição de três sociedades totalmente detidas pela REN, Rede Eléctrica Nacional, S.A., visando assegurar o exercício das concessões do serviço público de (i) transporte de gás natural em alta pressão; de (ii) armazenamento subterrâneo de gás natural e de (iii) recepção, armazenamento e regaseificação de GNL, tendo em vista a reestruturação empresarial deste sector.</li></ol> <p>Esta Resolução estipula as seguintes denominações para as três novas sociedades: REN Gasodutos, S.A.; REN Armazenagem, S.A.; e REN Atlântico, Terminal de GNL, S.A..</p> <p>A Resolução determina, ainda, a criação da REN Gás, S.A., sociedade de gestão e coordenação das actividades do sector do gás natural, à qual ficará atribuída a titularidade do capital das concessionárias referidas.</p>
<b>Diplomacia Económica</b>	<p>O Conselho de Ministros, de 2006-06-29, aprovou uma Resolução que estabelece as condições de funcionamento do modelo de diplomacia económica. O diploma introduz mecanismos de maior eficácia de</p>

Ministério da Economia e da Inovação  
Gabinete de Estratégia e Estudos

Iniciativa	Sumário
	<p>coordenação entre os serviços dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Economia e da Inovação, com vista (i) à obtenção de contributos para a aceleração do crescimento económico, através do incremento da qualidade da acção económica externa do Estado, (ii) à criação de um clima favorável à inovação e à tecnologia, bem como (iii) à criação de novos mercados e à geração de emprego de qualidade em Portugal.</p> <p>Neste sentido, é atribuída ao Ministério dos Negócios Estrangeiros a competência para reafirmar a imagem externa de Portugal, representar os interesses nacionais no estrangeiro, detectar oportunidades de negócio no estrangeiro e reporta-las às entidades portuguesas responsáveis, bem como estreitar os contactos com as comunidades de empresários portugueses no exterior e dinamizar as respectivas relações com a economia portuguesa.</p> <p>Ao Ministério da Economia e da Inovação compete promover acções com vista ao fomento das exportações, à manutenção e captação do investimento estrangeiro, à internacionalização das empresas portuguesas, à atracção do turismo e à promoção de Portugal como destino turístico.</p> <p>É criada a Comissão de Acompanhamento da Acção Económica Externa, com objectivo de acompanhar, desenvolver e avaliar o sistema de coordenação.</p>
<p><b>Reforma, Modernização e Simplificação da Administração Pública,</b></p>	<p>No âmbito da reforma, modernização e simplificação da administração pública, o Conselho de Ministros, de 2006-06-29, aprovou os seguintes diplomas:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Proposta de Lei que estabelece o regime comum de mobilidade entre serviços dos funcionários e agentes da Administração visando a modernização e a melhoria da qualidade dos serviços públicos, bem como o pleno aproveitamento, gestão racional e valorização dos seus recursos humanos.</li> <li>2. Decreto-Lei que estabelece o regime geral de extinção, fusão e reestruturação de serviços públicos e de racionalização de efectivos</li> </ol>

## 6.2. Selecção de medidas legislativas

Assunto Diploma	Sumário
<p><i>Comunicação entre o Estado, Cidadãos e Empresas</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2006 - I Série B n.º 87, de 05/05</p>	<p>Determina a criação de um serviço público que permita a realização voluntária de comunicações entre a Administração Pública, os serviços e organismos da administração autónoma, as entidades administrativas independentes e os tribunais, os cidadãos e as empresas. Esta Resolução visa simplificar o acesso dos cidadãos aos serviços públicos e às empresas. À semelhança do que ocorre em outros Estados-membros da União Europeia, pretende-se estabelecer um regime de comunicações electrónicas entre o Estado, os cidadãos e as empresas que, integrado com a tradicional correspondência por via postal, contribua para a facilidade, rapidez e eficiência das comunicações entre estes intervenientes, potenciando-se ainda a possibilidade de os particulares utilizarem esse regime no âmbito das relações contratuais que estabeleçam com outras entidades privadas prestadoras de serviços.</p>
<p><i>Sociedades Comerciais - Redução do Capital Social</i></p> <p>Lei n.º 22/2006 - I Série A n.º 120, de 23/06</p>	<p>Autoriza o Governo, como medida integrada nas iniciativas de simplificação e eliminação de actos e procedimentos notariais e registrais, a legislar sobre a redução do capital social de sociedades comerciais, sociedades civis sob forma comercial, cooperativas e estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada, no sentido de eliminar a intervenção judicial obrigatória e atribuir às</p>

Ministério da Economia e da Inovação  
Gabinete de Estratégia e Estudos

Assunto Diploma	Sumário
	conservatórias do registo as competências necessárias para apreciar a oposição dos sócios ou credores relativamente à redução do capital social.
<i>Plano Nacional de Redução das Emissões das Grandes Instalações de Combustão</i> Despacho conjunto n.º 509/2006 dos Ministérios do Ambiente e da Economia e da Inovação - II Série n.º 122, de 27/06	Aprova, no âmbito do Decreto-Lei n.º 178/2003, de 5 de Agosto, o Plano Nacional de Redução de Emissão das Grandes Instalações de Combustão - PNRE. Para efeitos do PNRE o universo das instalações existentes em Portugal no ano 2000 compreendia 13 unidades industriais. Oito dessas instalações (pertencentes ao sector eléctrico, da pasta de papel, da petroquímica e da refinação de petróleo bruto) estarão efectivamente incluídas no Plano Nacional de Redução de Emissões. O presente diploma aprova também os sistemas de monitorização do PNRE das grandes instalações de combustão criando um conjunto de regras que permitem a sua execução e acompanhamento por parte dos diversos intervenientes nomeadamente o Instituto do Ambiente como autoridade competente nesta matéria.
<i>Portugal - China - Acordo de Cooperação</i> Decreto n.º 17/2006 - I Série A n.º 122, de 27/06	Aprova o Acordo entre Portugal e a China sobre Cooperação Económica, assinado em Pequim em 12 de Janeiro de 2005. Este Acordo tem por objectivo o fortalecimento das relações económicas existentes entre Portugal e a China, na base da igualdade e reciprocidade de vantagens, com vista à utilização plena das oportunidades decorrentes do progresso económico e industrial, alicerçado no Acordo de Comércio e Cooperação entre a Comunidade Económica Europeia e a República Popular da China de 1985 e, também, nas disposições da Organização Mundial do Comércio, de que ambos os Estados são membros.

### 6.3. Em agenda

Evento	Local	Data prevista
Conselho informal Competitividade	Jyväskylä	10 – 11 Julh_2006
Conselho ECOFIN	Bruxelas	11 Julh_2006